



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

ANA PAULA AMADOR CHAGAS DE MEDEIROS

**A RESERVA LEGAL E A GARANTIA DO MEIO AMBIENTE
ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

Brasília
2010

ANA PAULA AMADOR CHAGAS DE MEDEIROS

**A RESERVA LEGAL E A GARANTIA DO MEIO AMBIENTE
ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo Contemporâneo – Turma STJ.

Orientador: Mestre Luciana Luquez

Brasília
2010

ANA PAULA AMADOR CHAGAS DE MEDEIROS

**A RESERVA LEGAL E A GARANTIA DO MEIO AMBIENTE
ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo Contemporâneo – Turma STJ.

Orientador: Mestre Luciana Luquez

Brasília, ____ de _____ de 2010.

Banca Examinadora

Orientadora Mestre Luciana Luquez

Prof. Gilson Ciarallo

Prof. Leandro Soares Nunes

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou para que eu concluísse mais essa etapa da minha vida: meu marido, minhas filhas, meus pais e meus irmãos, que são minhas inspirações eternas.

“A natureza é sábia.

Sábia, abundante e paciente.

Sábia porque traz em si o mistério da vida, da reprodução, da interação perfeita e equilibrada entre seus elementos. Abundante em sua diversidade, em sua riqueza genética, em sua maravilha e em seus encantos. E é paciente. Não conta seus ciclos em horas, minutos e segundos, nem no calendário gregoriano com o qual nos acostumamos a fazer planos, cálculos e contagens.

Sobretudo é generosa, está no mundo acolhendo o homem com sua inteligência, seu significado divino, desbravador, conquistador e insaciável.

Às vezes, nesse confronto, o homem extrapola seus poderes e ela cala. Noutras, volta-se, numa autodefesa, e remonta seu império sobre a obra humana, tornando a ocupar seu espaço e sua importância.” **(Ubiracy Araújo – Ex- Procurador Geral do IBAMA)**

RESUMO

A Reserva Legal Florestal é um espaço territorial especialmente protegido, localizado no interior de uma propriedade ou posse rural. Essa forma de restrição na propriedade é uma das questões que estão sendo alvo de discussões em virtude de mais uma alteração proposta ao Código Florestal. Para a demarcação do tema, devem ser ordenados alguns dos preceitos decorrentes do uso do solo e da preservação do meio ambiente, sem deixar de lado o cumprimento da função social da propriedade, de maneira a melhor elucidar os problemas daí decorrentes, seja com relação à conscientização da população para a necessária preservação das áreas florestais, seja com relação à fiscalização do cumprimento das normas vigentes, seja com relação à alteração dos percentuais atualmente exigidos em cada região do país e a obrigatoriedade de recuperação das áreas degradadas. Assim, o objetivo precípua deste estudo é aprofundar os conhecimentos acerca da Reserva Legal, através da demonstração dos direitos fundamentais envolvidos, quais sejam, a defesa do bem ambiental e do direito a propriedade, e da problemática gerada pelas iminentes alterações ao Código Florestal, tema que rende muita discussão entre os ambientalistas e proprietários rurais. Aqueles defendendo a todo custo o meio ambiente e estes defendendo seu direito à utilização da propriedade rural sem restrições. Em meio às discussões está a sociedade, que acaba sendo a maior prejudicada pela demora na resolução dos problemas relacionados ao meio ambiente. Se por um lado a defesa do meio ambiente é relevante, a garantia dos proprietários em usufruir de suas terras também tem sua importância. Contudo, este direito, não pode sobrepor-se ao interesse coletivo, devendo os proprietários se submeter às restrições legais para suas propriedades, revelando-se inaceitável que sejam beneficiados em detrimento do bem maior que é o meio ambiente, na forma trazida pelas novas alterações do Código Florestal, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Reserva legal. Código Florestal. Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente. Alteração.

ABSTRACT

The Legal Reserve Forest is a special protected territorial space, located within a rural property or possession. This form of restriction on property is one of the issues that are being targeted as a result of discussions over a proposed amendment to the Forestry Code. For the demarcation of the subject, should be ordered some of the provisions arising from land use and preservation of the environment, while part of the fulfillment of the social function of property in order to further elucidate the problems arising, as related to public awareness of the need for preservation of forest areas, as related to the enforcement of current laws, as related to change in the percentage currently required in each region of the country and the mandatory recovery of degraded areas. Thus the main objective of this study is to deepen knowledge about the legal reserve through the statement of fundamental rights involved, namely, protection of environmental good and the right to property, and the problems generated by the imminent changes to the Forest Code, subject yielding much debate between environmentalists and landowners. Those defending at all costs the environment and those defending their right to the use of rural property without restrictions. Amid the discussions is the company that ends up being the most adversely affected by delays in resolving problems related to the environment. If on one hand the protection of the environment is concerned, the guarantee of owners to enjoy their land also has its importance. However, this right can not override the collective interest, should the owners be subject to legal restrictions on their properties and proved to be unacceptable to benefit at the expense of the greater good is the environment, as changes brought by new Forest Code, currently pending in Congress.

Key words: Legal reserve. Forest code. Sustainable development. Environment. Amendment.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Água
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE
CF – CÓDIGO FLORESTAL
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CRA – Cota de Reserva Ambiental
Dec – Decreto
DL – Decreto Lei
ECO-92 - Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Min. – Ministro
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MP – Ministério Público
p.u. – parágrafo único
PcdoB – Partido Comunista do Brasil
PL – Projeto de Lei
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PRAs- Programas de Regularização Ambiental
RL – Reserva Legal
RLF – Reserva Legal Florestal
SFB – Serviço Florestal do Brasil
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O MEIO AMBIENTE JURIDICAMENTE TUTELADO	13
1.1 Evolução histórica	14
1.2 O Meio Ambiente e a Constituição Federal	19
1.3 Conceitos ambientais relevantes	24
1.4 Legislação ambiental	35
1.5 Lei dos crimes ambientais	38
1.6 Código Florestal Brasileiro	40
2 RESERVA LEGAL FLORESTAL	44
2.1 Conceito	47
2.2 Interesses público e privado	51
2.3 Interferência do Poder Público na Localização da Reserva Florestal dentro da Propriedade Privada	52
2.4. A Reserva Legal Florestal e sua interação com as demais formas de proteção dos espaços territoriais	54
2.5 Utilização de áreas destinadas à reserva legal	56
2.6 Preservação ambiental	60
3 A RESERVA LEGAL E AS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO FLORESTAL	61
3.1 Substitutivo ao Projeto de Lei 1.876/99	62
3.2 Principais alterações	65
3.3 Obrigatoriedade de reposição das áreas desmatadas antes de 2008 e anistia dos produtores rurais	67
4 POSIÇÃO DOS AMBIENTALISTAS E RURALISTAS	70

4.1 Visão dos ambientalistas: permanência do atual texto da Lei 4.771/65 __ 70

4.2 A visão dos ruralistas: necessidade de alteração do texto da Lei 4.771/65

73

CONCLUSÃO _____ 75

REFERÊNCIAS _____ 79

ANEXO A – A LEI DA NATUREZA – Texto sobre a Lei de Crimes Ambientais 85

INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem sido, nas últimas décadas, alvo de preocupação e especulação mundial acerca de sua proteção e minimização dos danos a ele causados. Embora no passado o meio ambiente tenha sido tratado como não pertencente a ninguém, essa visão foi modificada quando as sociedades começaram a tomar consciência da limitação dos recursos naturais existentes no planeta. Assim, se antes a concepção era de que o meio ambiente não era de ninguém, hoje o conceito é de que pertence a toda a humanidade, e que por todos deve ser protegido.

A enorme importância bem como a urgência dessa questão fez nascer uma legislação mais rígida e atuante sobre as questões ambientais, com vistas à coibição de práticas abusivas contra o meio ambiente, aparecendo na legislação brasileira o Código Florestal, mesmo diante das dificuldades do legislador em conciliar os interesses de todas as partes envolvidas, o que ocasionou várias modificações em seu texto desde a sua promulgação. Posteriormente, a questão ambiental também passou a ser tutelada pela própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, e, com a Lei de Crimes Ambientais, passou a ter previsão de sanções penais e administrativas, além da civil, a quem praticasse conduta lesiva ao meio ambiente, independente da obrigação de reparação os danos causados.

Com a necessidade de uma maior proteção ambiental, houve aumento no monitoramento das condutas lesivas ao meio ambiente, através da edição de mais normas e a intensificação das já existentes, que passaram a ser cada vez mais restritivas ou mesmo impeditivas do exercício da atividade produtiva.

Levando-se em consideração que a continuidade da vida no planeta está diretamente relacionada a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, surgiu a necessidade de se encontrar meios para que aquelas ações lesivas tivessem sua ação reduzida. Dentre as soluções encontradas está a reserva legal, criada como forma de proteção do meio ambiente. Introduzida no Código Florestal apenas em 1989 (a partir da Lei 7.803/89 que alterou referido Código), a reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, que não seja a de preservação permanente (APP). O Objetivo do decreto da Reserva Legal é a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, conservação da biodiversidade e o abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Ela varia de acordo com o bioma e o tamanho da propriedade.

Nos capítulos que se seguem, o intuito é demonstrar a necessidade da manutenção da reserva legal nas propriedades rurais, principalmente para a maior proteção ao meio ambiente; o prejuízo que a redução dos percentuais atualmente exigidos para essa área traria para a sociedade e para o meio ambiente; os benefícios que esse instituto traz tanto para o meio ambiente como para os próprios proprietários rurais.

Para um estudo mais completo, o primeiro capítulo tratará da tutela do meio ambiente no meio jurídico, iniciando com toda a contextualização histórica de inserção do meio ambiente como bem tutelado pelo estado, passando pela sua proteção constitucional, elucidação de alguns conceitos e princípios relevantes ao estudo do tema e demonstração de toda a legislação adotada para meio ambiente no país.

O segundo capítulo, tratará especificamente da Reserva Legal Florestal, onde serão apresentados os conceitos e interação com as outras formas de

proteção dos espaços territoriais ligados à propriedade; o conflito de interesses público e privado acerca da questão, e a necessidade da preservação ambiental através dessas restrições na propriedade.

O terceiro capítulo contém as alterações do Código Florestal propostas, relativas à reserva legal.

O quarto capítulo abordará a discussão entre os ambientalistas e ruralistas sobre as alterações do Código, trazendo o posicionamento de cada um deles.

Ao longo do texto, será feita uma análise dos argumentos dos ambientalistas e dos produtores rurais, bem como da reserva legal face ao desenvolvimento sustentável e a sua obrigatoriedade independentemente do tamanho da propriedade. Serão abordados os seguintes tópicos: o atual sistema de punição para os infratores; a criação de incentivos para quem preserva; a obrigação da manutenção das RLs como obrigação *proper REM*; os aspectos legais e políticos da preservação da natureza nessas áreas e da alteração dos seus percentuais que, há muito, vêm sendo questionados, principalmente pelos proprietários rurais, que anseiam pela sua redução para que possam ter aumentada a área de plantio ou pasto de suas fazendas, aumentando, assim, seus lucros.

Por isso, pela relevância do tema, tramita na Câmara dos Deputados 11 projetos de lei, que visam à alteração do Código Florestal para que, entre outras, sejam alteradas várias questões relativas a área de reserva legal.

Se por um lado, esse tema é de grande interesse dos proprietários rurais e para eles até benéfica, de outro, há os que afirmam que essa alteração seria um retrocesso na legislação ambiental, pois retiraria diversas garantias ambientais em

vigor; propiciaria o aumento do desmatamento de maneira generalizada; comprometeria a meta do Brasil quanto à redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa; haveria um aumento da degradação ambiental; a atuação dos órgãos ambientais responsáveis pelo monitoramento, fiscalização e controle, ficaria seriamente comprometida.

Independente da corrente adotada, o que se deve buscar é um meio ambiente equilibrado, nos termos da garantida inserta no artigo 225 da Constituição Federal. Dessa forma, o presente estudo é pertinente pois analisará os prós e os contras acerca da Reserva Legal e, ao final, de acordo com a argumentação de ruralistas e ambientalistas, opinar sobre uma possível solução para esta questão.

1 O MEIO AMBIENTE JURIDICAMENTE TUTELADO

O progresso tecnológico, a urbanização desenfreada, e a explosão demográfica ocorridos ao longo dos anos, trouxeram resultados negativos ao meio ambiente, sendo responsáveis pela atual crise ambiental que vivemos. Assim, tendo-se por fundamento que a continuidade da vida no planeta está diretamente relacionada a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado¹, surgiu a necessidade de serem encontrados meios para que aqueles acontecimentos tivessem sua ação impedida ou, pelo menos, reduzida.

Ao longo dos séculos, especificamente no Brasil desde o período colonial, a preocupação com a preservação do meio ambiente foi transformada em normas², cujos textos trazem limitações, restrições e proibições à utilização dos recursos naturais, de maneira a serem explorados racionalmente e de uma forma que se perpetuem no tempo, trazendo benefícios a toda a humanidade.

Pode-se dizer que o Direito Ambiental está dividido em três períodos distintos. São eles: período da evolução, até o início da década de 80, período da consolidação, até a promulgação da Constituição e período de aperfeiçoamento, até os dias atuais.³

¹ BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In: CANOTILHO, JJ. Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 66.

² MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 95.

³ MAGALHÃES, Juraci Perez. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 32.

1.1 Evolução histórica

As normas relativas à proteção do meio ambiente datam do Brasil colônia, pois desde essa época, já havia a preocupação de regulação das atividades econômicas, cuja implementação interferia diretamente no meio ambiente. Nesse contexto, surgiram as Ordenações Afonsinas⁴ e Manoelinas⁵, que normatizaram as proibições relativas ao corte de árvores frutíferas, tratado como crime na época, e restrição à caça de determinados animais com instrumentos que lhes causariam dor e sofrimento. Após o ano de 1.548, o Governo passou a expedir documentos legais (alvarás, regimentos, entre outros)⁶, o que marcou o início do direito Ambiental brasileiro, como por exemplo:

- Regimento do Pau-Brasil (1.605) que exigia autorização real para o corte dessa árvore⁷;
- Carta Régia de 13 de março de 1.797, que pretendeu proteger a fauna, as águas e os solos⁸;
- Primeiro Regimento de Cortes de Madeiras (1.799) que trouxe rigorosas regras para a derrubada de árvores⁹;

⁴ Legislação portuguesa à época do Rei Afonso V, era composta por cinco livros (com inspiração nos Direitos Romano, Canônico e algumas leis e resoluções promulgadas desde o Rei Afonso II e algumas concordatas dos reis antecessores, D. Diniz, D. Pedro e D. João). WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira : subsídios para a história do direito ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 4.

⁵ Instituída em 1521, embora trouxesse proteção ambiental mais detalhada, não diferia muito da compilação anterior (Ordenações Afonsinas). WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 8.

⁶ CARVALHO, Érika Mendes de. **Tutela Penal do Patrimônio Florestal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 118

⁷ WAINER, A. H. **Legislação Ambiental do Brasil: subsídios para a história do Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 5

⁸ MEIRA, José de Castro. Origem do Direito Ambiental. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n.1, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.D:\Documents and Settings\la\Configurações locais\Temp\50-194-1-PB-1.pdf>> Acesso em 28 ago 2010.

⁹ MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998, p. 28.

- Primeiras instruções para reflorestamento da costa brasileira (1.802) cuja recomendação foi feita por José Bonifácio¹⁰;
- Criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1.808)¹¹ considerada a primeira unidade de conservação por ter sido destinada como área de preservação ambiental de várias espécies, bem como ao estímulo de estudos científicos, além da ordem de D. João VI (1.809) prometendo liberdade para os escravos que denunciassem contrabandistas de pau-brasil;
- Decreto de 3 de agosto de 1.817 proibindo o corte de árvores nas áreas circundantes do rio Carioca- RJ¹²;
- Extinção, em 17 de julho de 1.822 do sistema de sesmarias¹³, tirando o prestígio dos títulos de propriedade em favor da posse e ocupação das terras o que, contudo, somente permaneceu até 1.850, quando foi editada a primeira Lei de Terras do Brasil, que considerava como crime punível com prisão e multa a derrubada de matos ou ateamento de fogo para limpeza e preparação das terras ocupadas;
- Determinação de D. Pedro I, em 1861, para que fosse plantada a Floresta da Tijuca, como forma de garantir o suprimento de água para o Rio de

¹⁰ MEIRA, José de Castro. Origem do Direito Ambiental. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n.1, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.D:\Documents and Settings\A\Configurações locais\Temp\50-194-1-PB-1.pdf>> Acesso em 28 ago 2010.

¹¹ MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998, p. 29.

¹² MEIRA, José de Castro. Origem do Direito Ambiental. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n.1, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.D:\Documents and Settings\A\Configurações locais\Temp\50-194-1-PB-1.pdf>> Acesso em 28 ago 2010.

¹³ Idem.

Janeiro, que naquela época já sofria ameaça com os desmatamentos das encostas dos morros¹⁴.

A partir de 1603 entraram em vigor as Ordenações Filipinas¹⁵, que, além de manterem as restrições quanto à caça e ao corte de árvores, incluíram em seu texto limitações à pesca com determinados instrumentos e em determinados locais e épocas do ano (existentes até os dias atuais), além de incluir o conceito de poluição, na medida em que proibia que as águas de rios e lagoas fossem sujas.

A preocupação com a preservação das matas nativas existentes nas propriedades rurais também datam dessa época, quando foi constatada que a madeira adequada para a construção das embarcações da frota portuguesa estavam ficando escassas, o que levou a Coroa a expedir as cartas régias, que declaravam de sua propriedade toda a madeira naval, denominada “madeira de lei”. Contudo, a real intenção não era a proteção do meio ambiente pois, mesmo com a expedição do Decreto nº 8.843 de 26 de junho de 1911, pelo qual foi criada a primeira reserva florestal do Brasil, percebia-se que a proteção de determinados recursos ambientais era determinada apenas pela sua importância econômica¹⁶.

A finalidade ambiental somente esteve presente após a promulgação do Código Civil de 1916. A partir de então, começaram a surgir no Brasil normas com regras específicas tutelando as questões ambientais. Prova disso é a criação, em 28

¹⁴ SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito Ambiental Internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Thex: Biblioteca Estácio de Sá, 1995, p. 25.

¹⁵ Teve como fontes as duas Ordenações anteriores, além da coleção Sebastião, das leis gerais, dos forais, dos costumes, das decisões das Cortes e dos assentos das Casas de Suplicação e do Porto, bem como das fontes estrangeiras provenientes do Direito Romano, Canônico e do Visigótico. Ficaram prontas em 1595, só entrando em vigor no reinado de Filipe II, 1603, havendo aplicação obrigatória tanto no reino como nas portuguesas. Sua vigência ocorreu até o Código Civil de 1867 em Portugal e, no Brasil, até o Código Civil de 1916. WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 14.

¹⁶ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p.151.

de dezembro de 1921, do Serviço Florestal do Brasil - SFB, posteriormente sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e, atualmente, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, este sendo desmembrado também em Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBIO.

As primeiras preocupações com a exploração dos recursos naturais de maneira racional ocorreram apenas nos idos de 1964, período em que foram instituídas reservas indígenas, criados Parques Nacionais e Reservas Biológicas, além de destacarem-se várias leis destinadas à normatização dos recursos naturais, dentre elas: a Lei nº 4.504, de 30.12.1964 (Estatuto da Terra), o novo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15.09.1965), a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197, de 03.01.1967), Decreto-lei nº 221 (Código de Pesca), Decreto-lei nº 227 (Código de Mineração), Decreto-lei nº 289, (todos de 28.02.1967), que criam o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, com incumbência expressa de "cumprir e fazer cumprir" tanto o Código Florestal, como a Lei de Proteção à Fauna.¹⁷

Em 1.972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, considerada marco decisivo para a legislação ambiental brasileira, o que resultou na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, como órgão autônomo da Administração Direta no âmbito do Ministério do Interior orientada para a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais.¹⁸

¹⁷ OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. **Síntese da história da legislação ambiental brasileira.** Disponível em: <www.pvsp.org.br/sites/1100/1140/00000308.doc>, Acesso em : 14 jun 2010.

¹⁸ Idem.

A preocupação com o meio ambiente, de uma forma globalizada, teve início apenas na década de 80, período que teve fundamental importância para a consciência ambiental¹⁹ principalmente com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981)²⁰, pela qual são definidos conceitos, princípios, objetivos e instrumentos a serem utilizados na defesa do meio ambiente. Por meio dessa Lei, foi instituído também o Sistema Nacional do Meio Ambiente/ SISNAMA e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; 1985 foi editada a Lei nº 7.347²¹, a qual disciplinava a Ação Civil Pública como instrumento de defesa do meio ambiente, assim como dos direitos difusos e coletivos, fazendo com que os danos sofridos pelo meio ambiente chegassem ao Poder Judiciário; em 88, promulgada a Constituição Federal²², que traz em seu texto um capítulo dedicado ao meio ambiente, elevando-o a um bem constitucionalmente protegido; e em 98 editada a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 e 12 de fevereiro de 1.998)²³, posteriormente regulada pelo Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008²⁴, que a tornou mais rígida.

¹⁹ JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** São Paulo, 2003, p. 9-10. Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf> Acesso em: 02 out 2010.

²⁰ BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 28 ago 2010.

²¹ BRASIL, Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Alterado pela Lei n. 10.257 de 10.07.2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm> Acesso em: 28 ago 2010.

²² BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em : 30 ago 2010

²³ BRASIL, Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm> Acesso em 30 out 2010.

²⁴ BRASIL, Lei n. 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm> Acesso em: 30 ago 2010.

1.2 O Meio Ambiente e a Constituição Federal

O capítulo incluído exclusivamente para o meio ambiente na Carta Constitucional de 1988, além de considerado um dos mais importantes e avançados, foi um grande passo dado pelo nosso ordenamento jurídico. Para José Afonso da Silva, esse capítulo inserido no Título VIII – Da Ordem Social, traz a consciência de que²⁵:

A qualidade do meio ambiente se transformara num bem, num patrimônio, num valor mesmo, cuja preservação, recuperação e revitalização se tornaram num imperativo do Poder Público, para assegurar a saúde, o bem-estar do homem e as condições de seu desenvolvimento. Em verdade, para assegurar o direito fundamental à vida. As normas constitucionais assumiram a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem, é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente

O art. 225, *caput*²⁶, preceitua o seguinte:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

²⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, pág. 818.

²⁶ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 30 ago 2010.

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

É de ser ressaltado que a preocupação de afastar as regras meramente programáticas, jamais efetivadas através da edição de normas regulamentadoras esteve presente nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, por isso, houve o cuidado de ser incluído no mesmo artigo, a norma inserta no § 1º, de maneira a assegurar o efetivo cumprimento do disposto no *caput*.²⁷

Pelo texto constitucional, nota-se a utilização da expressão “meio ambiente ecologicamente equilibrado”²⁸, o que se traduz na necessidade da proteção e restauração dos processos ecológicos essenciais, através da preservação da biodiversidade e dos espaços territoriais protegidos, além de ação preventiva para evitar a degradação do meio ambiente, proteção da fauna e flora, em especial das espécies com risco de extinção e recuperação do meio ambiente degradado. Foi dada uma nova dimensão ao direito fundamental à vida e ao

²⁷ MEIRA, José de Castro. **Origem do Direito Ambiental**. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n.1, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.D:\Documents and settings\alConfigurações locais\Temp\50-194-1-PB-1.pdf>> Acesso em 02 set 10.

²⁸ José Afonso da Silva considera como meio ambiente "a interação do conjunto de elementos naturais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida humana." Silva, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 435.

princípio da dignidade da pessoa humana, por ser o meio ambiente o espaço em que se desenvolve a vida em todas as suas formas.²⁹

A intenção do constituinte quanto à preservação do meio ambiente foi tão presente no texto constitucional que alguns sistemas ecológicos foram elevados a patrimônio nacional, mesmo que para isso, tenha sido preciso a imposição de restrições legais, tendo sido adotada, entre outras, a teoria da função social da propriedade³⁰. Além dos dispositivos reunidos em capítulo específico, há a regulação do meio ambiente por outros dispositivos constitucionais, tais como: o art. 5º, LXXIII, 170, VI, 186, II, 200, VIII, E 231, § 1º³¹:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

.....

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

.....

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

.....

²⁹ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio ambiente: Direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Editora, 2004, p. 201.

³⁰ Funciona como limite à liberdade de iniciativa, sendo garantia de subsistência individual e familiar, limitada pelo poder de polícia estatal. Configurada a alteração de direito de propriedade para uma condição de dever, assentada que está no texto constitucional, art. 170, III, e 186.

³¹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 30 ago 2010.

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Além dos artigos 23 e 24 que tratam de regras de competência administrativa e legislativa:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)³²

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

³² Idem

IV - custas dos serviços forenses;
 V - produção e consumo;
 VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
 VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
 VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 IX - educação, cultura, ensino e desporto;
 X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
 XI - procedimentos em matéria processual;
 XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
 XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
 XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
 XV - proteção à infância e à juventude;
 XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
 § 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
 § 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
 § 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 § 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sobre a tutela do meio ambiente pela constituição, o seguinte precedente jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, que bem analisa o tema³³:

MEIO AMBIENTE - DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) - PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE - DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVISSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE - NECESSIDADE DE IMPEDIR QUE A TRANSGRESSÃO A ESSE DIREITO FAÇA IRROMPER, NO SEIO DA COLETIVIDADE, CONFLITOS INTERGERACIONAIS - ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS (CF, ART. 225, § 1º, III) - ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO DO REGIME JURÍDICO A ELES PERTINENTE - MEDIDAS SUJEITAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE LEI - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, AUTORIZAR, LICENCIAR OU PERMITIR OBRAS E/OU ATIVIDADES NOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS, DESDE QUE RESPEITADA, QUANTO A ESTES, A INTEGRIDADE DOS ATRIBUTOS JUSTIFICADORES DO REGIME DE PROTEÇÃO ESPECIAL - RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA (CF, ART. 3º, II, C/C O ART. 170, VI) E ECOLOGIA (CF, ART. 225) - COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - CRITÉRIOS DE SUPERAÇÃO DESSE ESTADO DE TENSÃO ENTRE

³³BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 3540 MC/DF - Distrito Federal Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade Relator: Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 03.02.2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=ADI-MC.SCLA.+E+3540.NUME.&base=baseAcordaos>>, Acesso em 23 set 2010.

VALORES CONSTITUCIONAIS RELEVANTES - OS DIREITOS BÁSICOS DA PESSOA HUMANA E AS SUCESSIVAS GERAÇÕES (FASES OU DIMENSÕES) DE DIREITOS (RTJ 164/158, 160-161) - A QUESTÃO DA PRECEDÊNCIA DO DIREITO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPLÍCITA À ATIVIDADE ECONÔMICA (CF, ART. 170, VI) - DECISÃO NÃO REFERENDADA - CONSEQÜENTE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR.

A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE: EXPRESSÃO CONSTITUCIONAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS.

- ...

A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

- ...

- ...

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL (CF, ART. 3º, II) E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE (CF, ART. 225): O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE OBTENÇÃO DO JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E AS DA ECOLOGIA.

- O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.

O ART. 4º DO CÓDIGO FLORESTAL E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67/2001: UM AVANÇO EXPRESSIVO NA TUTELA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

- ...

1.3 Conceitos ambientais relevantes

Para o desenvolvimento do tema proposto, faz-se necessário trazer à compreensão alguns princípios³⁴ extraídos do ordenamento jurídico, que, a despeito de estarem ou não expressos nos textos legais, conferem autonomia ao direito

³⁴ “Princípios são idéias centrais de um sistema, ao qual dão sentido lógico, harmonioso, racional, permitindo a compreensão de seu modo de organizar-se.”(SUNDFELD, 2008, p. 143); “De um ordenamento jurídico estabelecido podem-se extrair seus princípios formadores – valor, forma de conduzir comportamentos, indicação de caminhos -, que constituem a origem o conteúdo das normas. O princípio, pois, confere fundamento às regras estabelecidas e, como tal, possui o traço da normatividade.”(BONAVIDES, 2002, p. 230)

ambiental. Os mais relevantes de acordo com alguns doutrinadores³⁵, muito embora haja divergência entre as denominações, são basicamente:

➤ Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana - configura uma extensão do direito e proteção à vida, estando reconhecido no *caput* do art. 225 da CF/88. Por este princípio, os Estados têm o dever de buscar diretrizes objetivando que seja assegurado o acesso aos meios de sobrevivência a todos os indivíduos, de maneira a evitar sérios riscos ambientais à vida. Todos os demais sub-princípios constitucionais ou princípios setoriais e do Direito Ambiental decorrem deste³⁶, constituindo-se no direito do homem de viver em ambiente não poluído³⁷. Seu reconhecimento internacional encontra-se nos princípios 1 e 2 da Declaração de Estocolmo (1972), reafirmado pela Declaração do Rio na ECO/92³⁸. Considerado como direito de 3ª geração, assim como os outros da mesma categoria, não poderiam ter sido imaginados quando foram propostos os de segunda e primeira geração.³⁹ Nas palavras de Sampaio:⁴⁰

(...) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ainda goza de relevo especial na missão de tutelar e de desenvolver o princípio da dignidade humana ou como desdobramento imediato da co-responsabilidade intergeracional. Somados, assim, requisitos formais e materiais, pode-se falar no Brasil de um direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como se pode referir a uma 'ordem ambiental' que completa e condiciona a 'ordem econômica' e que, por topologia, integra-se na 'ordem social'. O Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a fundamentalidade do direito (...).

³⁵ COSTA NETO, Nicolao Dino de; SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio; ANTUNES, Paulo de Bessa; MACHADO, Paulo Affonso Leme; GRANZIERA, Maria Luiza Machado.

³⁶ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 9. ed, 2006, p. 26.

³⁷ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 51.

³⁸ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 9. ed, 2006, p. 26-27.

³⁹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 6-7. Apud: GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 51

⁴⁰ SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio Ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional Comparado. In: **Princípios de Direito Ambiental**. SAMPAIO, José Adércio Leite, WOLD, Chris, NARDY, José Fonseca. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 98.

➤ Princípio democrático – Advém dos movimentos de reivindicação da sociedade civil, e se manifesta através do direito dos cidadãos de fazerem parte da elaboração e execução das políticas públicas ambientais, bem como à obtenção de informação dos órgãos públicos sobre matéria referente à defesa do meio ambiente.⁴¹ Assim, esse princípio subdivide-se em outros dois: princípio à participação comunitária e princípio da informação. O primeiro preconiza a integração da comunidade nos processos de definição, implantação e execução de políticas públicas ligadas à proteção ambiental, constituindo-se como corolário da idéia de um fortalecimento da democracia participativa, através da ativa interação do povo-cidadão no processo de formação e desenvolvimento das atividades primaciais do Estado, legitimando-as.⁴²

O segundo princípio ocupa um lugar central nos Estados democráticos, uma vez que o direito à informação tem natureza coletiva construindo uma opinião pública informada, para que possa haver contribuição da sociedade de maneira efetiva e consciente nos processos decisórios que venham a gerar efeitos sobre a natureza.⁴³ Por esse motivo o chamado ‘direito à informação ambiental’ é considerado por alguns autores⁴⁴ como sendo direito de quarta geração.

➤ Princípio da natureza pública da proteção ambiental – Princípio que traduz o pensamento de que o meio ambiente deve ser salvaguardado em nome e no interesse de toda a coletividade. A proteção ambiental é direcionada por

⁴¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 9. ed, 2006, p.28.

⁴² COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente – I – Florestas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 39.

⁴³ SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio Ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional Comparado. In: **Princípios de Direito Ambiental**. SAMPAIO, José Adércio Leite, WOLD, Chris, NARDY, José Fonseca. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 76.

⁴⁴ FAMELI, Elio; CAMMELLI, Antonio (a cura di). *Diritto all'Informazione Ambientale e Sistemi Informativi Orientati al Cittadino*. Padova: Cedam, 1996. Apud: SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio Ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional Comparado. In: **Princípios de Direito Ambiental**. SAMPAIO, José Adércio Leite, WOLD, Chris, NARDY, José Fonseca. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 77.

interesse público, decorrendo, portanto, a idéia de que a norma relativa ao meio ambiente deve atender primordialmente aos objetivos de toda a sociedade, tutelando apenas secundariamente os chamados direitos subjetivos individuais.⁴⁵ Assim, deve ser impedida a apropriação individual de parcelas do meio ambiente, que é de uso comum do povo, para utilização privada. Este princípio também está associado à participação comunitária, e determina o dever do poder público no exercício da proteção ao meio ambiente, levando em consideração a variável ambiental no processo decisório político administrativo. Assim, qualquer decisão, seja pública ou privada, deve verificar o impacto que terá sobre o meio ambiente, considerando o interesse da coletividade.

➤ Princípio da Intervenção Estatal – Origina-se do dever genérico que o Estado tem de proteger e promover os direitos fundamentais, adotando postura positiva no sentido de assegurar e proporcionar a higidez do bem ambiental, como por exemplo ao adotar limitações administrativas ao exercício do direito de propriedade ou adotando políticas públicas para a promoção de um meio ambiente sadio. Da mesma forma, também tem o dever de adotar postura negativa quando impõe a si próprio o dever de não agir de forma prejudicial ao meio ambiente, como no caso de não adotar meios de flexibilização dos mecanismos de proteção e não licenciar atividade degradadora de maneira a não colocar em risco o meio ambiente⁴⁶. Segundo Paulo Affonso Leme Machado⁴⁷:

Os Estados têm o papel de guardiães da vida, da liberdade, da saúde e do meio ambiente. Garantir a liberdade responsável: liberdade para empreender, liberdade para descobrir e aperfeiçoar tecnologias, liberdade para produzir e comercializar sem arbitrariedades ou omissões dos Estados, liberdade que mentem a saúde dos seres humanos e a sanidade do meio ambiente. A liberdade que engrandece a humanidade e o meio ambiente

⁴⁵ COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente – I – Florestas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 49-51.

⁴⁶ Idem, p. 38-39.

⁴⁷ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed. , p. 101.

exige um Estado de Direito, em que existam normas, estruturas, laboratórios, pesquisas e funcionários, independentes e capazes. As gerações presentes querem ver os Estados também como protetores do meio ambiente para as gerações que não podem falar ou protestar. Os Estados precisam ser os curadores dos interesses das gerações futuras. Então não será utopia um Estado de Bem-Estar Ecológico, fundado na equidade.

Verifica-se, portanto, a inegável necessidade de intervenções do poder público na manutenção, preservação e restauração dos recursos ambientais objetivando sua utilização racional e disponibilidade para as gerações futuras.

➤ Princípio do poluidor-pagador – Por este princípio o poluidor tem que ser responsabilizado pelos gastos com medidas contra a poluição e de prevenção, normalmente assumidos pelo Poder Público, lhe sendo também atribuído o custo social da poluição por ele gerada⁴⁸. A finalidade não é apenas pagar o que poluiu, mas também reparar o dano causado, tampouco reveste-se no intuito de pagar para poder poluir. Nas palavras do Min. Antônio Herman V. Benjamin: ⁴⁹

O princípio poluidor-pagador não é um princípio de compensação dos danos causados pela poluição. Seu alcance é mais amplo, incluídos todos os custos da proteção ambiental, e 'quaisquer que eles sejam', abarcando, a nosso ver, os custos de prevenção, de reparação e de repressão do dano ambiental, assim como aqueles outros relacionados com a própria utilização dos recursos ambientais, particularmente os naturais, que 'têm sido historicamente encarados como dádivas da natureza, de uso gratuito ou custo marginal zero.

Esse entendimento foi objeto do princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992⁵⁰, nos seguintes termos:

Tendo em vista que o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo decorrente da poluição, as autoridades nacionais devem procurar promover a internalização dos custos ambientais e o uso dos instrumentos econômicos, levando na devida conta o interesse público.

➤ Princípio da prevenção – Determina que sejam tomadas medidas que evitem qualquer agressão ao ambiente, evitando ou eliminando qualquer agente

⁴⁸ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 64.

⁴⁹ BENJAMIN, Antonio Herman. **Dano Ambiental, Reparação e Repressão**. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p.231.

⁵⁰

causador de dano. A Política Nacional do Meio Ambiente inseriu como seus objetivos a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos ambientais, com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, passando a ser admitido como instrumento dessa política a avaliação dos impactos ambientais (art. 9º, III). Assim, a prevenção passou a ter fundamento no Direito Positivo, tornando-se incontestável a obrigação de prevenir ou evitar o dano ambiental nos casos em que se pudesse detectá-lo antecipadamente.⁵¹ Tanto o poder público como os particulares têm o dever de prevenir os danos ambientais.

Esse princípio desdobra-se no princípio da precaução, o qual denota-se anterior à manifestação do perigo, devendo esta ação ser tomada mesmo sem evidências absolutas, enquanto que a prevenção advém da ideia de que havendo perigo comprovado, o risco deve ser eliminado. Segundo Eckard Rehbinder⁵²:

A Política Ambiental não se limita à eliminação ou redução da poluição já existente ou iminente (proteção contra o perigo), mas faz com que a poluição seja combatida desde o início (proteção contra o simples risco) e que o recurso natural seja desfrutado sobre a base de um rendimento duradouro.

A Declaração do Rio/92, em seu princípio 15 determina ⁵³:

Com o fim de proteger o meio ambiente, medidas de precauções devem ser largamente e aplicadas pelos Estados segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas efetivas visando a prevenir a degradação do meio ambiente.

⁵¹ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 62.

⁵² REHBINDER, Eckard. *European Environmental Law – A Comparative Perspective*, Aldershot, Dartmouth Publishing Co., 1996, p. 41. Apud: Idem.

⁵³ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/documentos/1752-Declaracadorio.doc.147.wiz>>, Acesso em 10 set 2010.

➤ Princípio da função sócio-ambiental da propriedade – Por este princípio, o direito de propriedade deve andar ao lado da função ambiental, sendo exercido conforme os fins ecológicos, nos termos do que prevê a Carta Constitucional, que elenca o direito de propriedade no rol dos direitos fundamentais (art. 5º, XXII), estabelecendo ao mesmo tempo que a “propriedade atenderá sua função social” (art. 5º, XXIII), prevendo ainda, em seu art. 170, III, a função social da propriedade como um princípio norteador da atividade econômica.⁵⁴

Percebe-se que, por este princípio, o exercício da propriedade é atrelado à satisfação de outros valores, ainda que estranhos aos do proprietário, decorrentes do contexto social em que o direito é exercido. A função social da propriedade remete à imperiosa satisfação do interesse público, sofrendo algumas alterações em se tratando de propriedade urbana ou rural.⁵⁵

O cumprimento dessa função deve observar a diretriz constitucional de promoção do meio ambiente, daí resultando a expressão função sócio-ambiental, que significa o exercício do direito de propriedade de maneira a não malferir os interesses da coletividade no que tange à promoção do meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado.⁵⁶

➤ Princípio do direito ao desenvolvimento sustentável – Princípio que sintetiza um dos mais importantes pilares da temática jus-ambiental. Teve sua idealização trazida pela Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, realizada

⁵⁴ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Apud: MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 53.

⁵⁵ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 53-55.

⁵⁶ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro: Função ambiental da propriedade rural. São Paulo: LTr, 1999, p. 116. Apud: MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 55

em 1972 ⁵⁷. Posteriormente, foi previsto pela Lei n. 6.938/81, que adotou a Política Nacional do Meio Ambiente e albergado pela CF/88 em seu art. 170, caput e inciso VI, e art. 225, *caput*. Materializa-se na utilização de ações para a preservação dos sistemas essenciais à vida e à manutenção do equilíbrio ecológico através da compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, devendo, quanto à exploração dos recursos florestais, manifestar-se através da implementação permanente de programas de reflorestamento e da adoção de planos de manejo sustentado, na forma preconizada no art. 225 da Constituição da República.⁵⁸ Na declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, a expressão desenvolvimento sustentável permeia todos os documentos correlatos, sendo repetida várias vezes essa expressão, como forma de deixar clara a ideia de que o desenvolvimento econômico deve, necessariamente, incluir a proteção do meio ambiente em todas as suas ações e atividades, de maneira a garantir a permanência do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida humana, inclusive para as futuras gerações.⁵⁹

Aqui, há a necessidade de coexistência entre direito e dever, pois o desenvolvimento e fruição dos recursos naturais do planeta exigem também o dever de cada indivíduo e de toda a sociedade para com o meio ambiente, a começar pela compreensão do papel do consumo racional e sustentável.⁶⁰

⁵⁷ Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Disponível em: http://www.scribd.com/full/6305358?access_key=key-mp8k7oq8evcz1gpag57, Acesso em: 10.10.2010.

⁵⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 57.

⁵⁹ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 54.

⁶⁰ FRANCO, Paulo Sérgio de Moura; DALBOSCO, Ana Paula. **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2357/a-tutela-do-meio-ambiente-e-responsabilidade-civil-ambiental/print>>, Acesso em 10.09.2010.

➤ Princípio da Cooperação entre os povos – Tendo a ideia de que cooperar é agir conjuntamente, somar esforços, este princípio se expressa na solidariedade entre os povos, através da cooperação entre os países, que devem agir de maneira coordenada para que haja a troca de conhecimentos, técnicas de proteção ambiental e tecnologia limpa. A ação deve incluir medidas de investimento econômico na pesquisa ambiental, por parte dos países mais dotados financeiramente, para a obtenção de melhores resultados. O objetivo é evitar a ocorrência de danos, bem como racionalizar as medidas de proteção que se fizerem necessárias.⁶¹ Esse princípio constitui uma baliza norteadora da atuação da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais (CF, art. 4º, IX), em diversas áreas de atuação. Essa medida se faz necessária em decorrência do caráter transfronteiriço do processo de degradação do meio ambiente, que requer a implementação de mecanismos de cooperação internacional para realização do princípio em tela.⁶²

Dos princípios elencados, a conclusão encontrada é a de que, tratando-se de direito ambiental, deve ser levada em consideração a supremacia do interesse público sobre o particular, o que, assim como no direito administrativo, se verifica a partir do conteúdo das leis, muito embora não esteja explicitamente mencionado, devendo ser considerado seu caráter normativo, de maneira que seja garantido que a sociedade não se sujeite a sacrifícios em nome de vantagens e benefícios concedidos ao particular.⁶³

Outrossim, a evolução dos chamados direitos do homem, ocorre na medida em que as sociedades se desenvolvem, e seu surgimento decorre de um

⁶¹ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 58.

⁶² COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente – I – Florestas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 65.

⁶³ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 51.

processo histórico e dinâmico, vindo a partir dos direitos fundamentais, denominados como de primeira geração, passando pelos direitos sociais, econômicos e culturais, tidos por direitos de segunda geração, até se chegar aos direitos relativos ao meio ambiente, à biodiversidade e ao desenvolvimento, sempre considerando as futuras gerações.

Com o passar dos anos, e diante da dificuldade concreta de tratar o meio ambiente apenas como direito humano, houve substancial alteração do enfoque dado a esta questão, que passou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 – ECO 92, a considerar também como sujeitos dessa relação não apenas o homem, mas todos os seres vivos e a biosfera, conforme preceitua seu princípio 1º: *“os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”*⁶⁴, o que, na verdade, já estava disposto no bojo do art. 225, *caput*, da Constituição de 1988, demonstrando que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, portanto, a todos cabe o direito de uso, bem como a responsabilidade pela sua proteção para as gerações futuras.

Outro ponto importante a ser ressaltado, é o Desenvolvimento Sustentável, que traduz-se em um princípio originado a partir do início da década de 70, e veio a ser conceituado em 1972 após a Conferência de Estocolmo, nos termos do princípio 13, que preconizava:

*“Art. 13. A fim de lograr um ordenamento mais racional dos recursos e, assim, melhorar as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade do desenvolvimento com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano, em benefício da população.”*⁶⁵

⁶⁴ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>, Acesso em 01 ago 2010.

⁶⁵ Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6305358/Declaracao-de-Estocolmo>>, Acesso em 01.08.2010.

Na mesma Conferência, houve o questionamento acerca dos efeitos do desenvolvimento econômico e da industrialização sem planejamento nem cautela na utilização dos recursos naturais. Isso porque, até então no Brasil, a visão era de que o crescimento de um país deveria levar em consideração apenas o desenvolvimento econômico, como prioridade sobre qualquer outra questão, inclusive a ambiental.

Assim, o relatório Brundtland estabeleceu que⁶⁶:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuros, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Também importante em matéria de meio ambiente é o princípio da precaução, que vai além das simples medidas para afastar o perigo como já mencionado anteriormente.

Contudo, em que pese a importância da prevenção dos danos ao meio ambiente, deve ser ressaltado que, na prática, as medidas preventivas têm se revelado limitadas e incapazes de manter o equilíbrio ecológico pretendido. Isso acontece tanto em razão de uma certa tolerância da Administração e da própria legislação, como em razão da negligência e imprudência do homem no exercício de suas atividades contra as quais, como se sabe, nenhum dispositivo ou mecanismo preventivo pode ser inteiramente eficaz.

Dessa forma, faz-se necessário que o sistema de preservação, para ser completo, pense na responsabilização dos causadores de danos ambientais da maneira mais ampla possível, considerando a autonomia e independência entre os três sistemas de responsabilidade existentes: civil, administrativa e penal.

⁶⁶ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 49.

Outra previsão da Declaração do Rio/92, trazida pelo princípio 13, é o da reparação integral do dano ambiental, que constitui-se em uma obrigação que complementa o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Princípio 13 – Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sobre seu controle.⁶⁷

Por este princípio fica obrigado o *poluidor, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade*⁶⁸, restando entendido como poluidor a *pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental*⁶⁹, ficando a cargo da Constituição Federal estabelecer a regra da “responsabilidade administrativa, penal e civil por dano ambiental”, completando, assim, o princípio da reparação.

1.4 Legislação Ambiental

Entende-se como legislação ambiental, o conjunto de normas jurídicas destinadas a disciplinar a atividade humana, de maneira a torná-la compatível com a proteção do meio ambiente.

⁶⁷ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf> Acesso em 01 ago 2010

⁶⁸ BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 14 § 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 10 set 2010.

⁶⁹ BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 3º, IV. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 10 set 2010.

As leis ambientais brasileiras são consideradas bastante avançadas quanto ao objeto proposto, muito embora sua aplicação deixe a desejar. Não obstante já existisse o Código Florestal, foi após a edição da Lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, que foram votadas e editadas outras leis, voltadas para a conservação ambiental, cujos objetivos seriam alcançados através da criação de diversos direitos e deveres para o cidadão, além de instrumentos de conservação, normas de uso dos ecossistemas e criação de vários tipos de unidades de conservação.

Dentre as diversas leis destinadas ao meio ambiente, podemos destacar:

- **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal**⁷⁰ - Dispõe sobre o ordenamento e manejo das florestas existentes no território nacional e das demais formas de vegetação.
- **Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966 – Direito Agrário**⁷¹ - Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.
- **Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 – Lei de Fauna**⁷² - Esta Lei proporcionou medidas de proteção à fauna, de maneira a eliminar a caça profissional e o comércio deliberado de espécies de animais brasileiros, além de facultar a prática da caça amadorista, considerada como uma estratégia de manejo e estímulo à construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

⁷⁰ BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>, Acesso em 10 set 2010.

⁷¹ BRASIL, Lei n. 4.947 de 6 de abril de 1966. Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4947.htm>>, Acesso em 10 set 2010.

⁷² BRASIL, Lei n. 5.197 de 3 de janeiro de 1967. Código de Caça. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5197.htm>>, Acesso em: 10 set 2010.

- **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente**⁷³ - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências.
- **Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos**⁷⁴ - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o Artigo. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais**⁷⁵ - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC**⁷⁶ - Regulamenta o Artigo 225, 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

⁷³ BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm, Acesso em 10 set 2010.

⁷⁴ BRASIL, Lei n. 8.433 de 8 de janeiro de 1997. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm> Acesso em: 10 set 2010.

⁷⁵ BRASIL, Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Lei dos Crimes Ambientais. Disponível em: <Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências> Acesso em: 10 set 2010.

⁷⁶ BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. SNUC. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em 10 set 2010.

1.5 Lei dos Crimes Ambientais

Como mencionado anteriormente, com o advento da Constituição Federal, a qual diferentemente das anteriores trouxe em seu texto grande avanço legislativo em matéria ambiental, foi disciplinado expressamente a responsabilização penal das pessoas jurídicas.

Art. 173.....

§5º. A Lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade deste, sujeitando-a às punições compatíveis com a sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Art. 225....

§ 3º. § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.⁷⁷

A Carta de 88 veio sedimentar a idéia da responsabilização penal da pessoa jurídica no Direito Brasileiro, embora através de normas programáticas, que careceriam de uma lei posterior que regulamentasse a matéria nelas tratadas. No entanto percebe-se que o constituinte de 88, ao empregar a expressão “meio ambiente”, no parágrafo 3º do artigo 225⁷⁸, buscou a mais ampla tutela dos bens culturais e naturais que interferem na qualidade de vida dos indivíduos, inserindo-se nessa proteção a consagração da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Muito embora antes mesmo da Carta de 88 já existisse em nosso país legislação penal relativa ao meio ambiente, como por exemplo o Código Penal de 1940⁷⁹, que disciplinava os casos de alteração de local protegido (art. 166) e ocorrência de incêndio em mata ou floresta (art. 250 § 1º, II, h), além de outras

⁷⁷ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em : 10 set 2010.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ BRASIL, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>>, Acesso em 12 set 2010.

posteriores, como por exemplo o Código Florestal⁸⁰ e o Código de Caça⁸¹, o legislador, movido pela desenfreada agressão ao meio ambiente e pelas dificuldades encontradas em se aplicar essa legislação esparsa, objetivou ordenar em um único diploma legal, a maioria das condutas criminosas relacionadas ao meio ambiente, de maneira a alcançar maior proteção e preservação ambiental.

Assim, surgiu a chamada Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998)⁸², criada para regulamentar as disposições constitucionais que tratam dos crimes praticados contra o meio ambiente, trazendo como inovação a responsabilização penal da pessoa jurídica, pois as responsabilidades civil e administrativa há muito já estavam sendo regulamentadas. *Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente passam a ser punidas civil, administrativa e criminalmente*⁸³. Assim, constatada a degradação ambiental, o poluidor, além de ser obrigado a promover a sua recuperação, responde com o pagamento de multas pecuniárias e com processos criminais.

No que diz respeito à caracterização da responsabilidade penal, faz-se necessária a conjugação de dois elementos: a decisão do ato delituoso ser tomada pelo legítimo representante da pessoa jurídica e o ato delituoso ter sido praticado em benefício ou interesse da pessoa jurídica, que se beneficiará direta ou indiretamente, restando configurada qualquer vantagem auferida, mesmo sem caráter econômico.

⁸⁰ BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em: 12 set 2010.

⁸¹ BRASIL, Lei n. 5.197 de 3 de janeiro de 1967. Código de Caça. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5197.htm>> Acesso em: 10 set 2010.

⁸² BRASIL, Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Lei dos Crimes Ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm > Acesso em: 12 set 2010.

⁸³ ARAÚJO, Ubiraci. A Lei da Natureza. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/leiambiental/home.htm>>, acessado em 15 out 2010.

Tal como toda legislação ambiental, também a Lei dos Crimes Ambientais é alvo de severas críticas, em especial quanto a essa responsabilização da pessoa jurídica, cuja aplicação é questionada por muitos juristas.⁸⁴

A favor da responsabilização penal, está Ivan Lira de Carvalho a nos ensinar que *“Por maior que seja nossa defesa da tese de inadequação da teoria da culpabilidade às pessoas coletivas, não nos é dado o direito de negar que a ordem constitucional tuteladora do meio ambiente, na norma de conteúdo penal estampada no art. 225, § 3º, da carta política, optou pela aplicação de sanções administrativas e penais às pessoas jurídicas. Demais disso, a Lei 9.605/98, espanca qualquer dúvida quanto a essa opção do legislador.”*⁸⁵

O certo é que essa legislação, criticada por uns e aplaudida por outros, representou um marco importante no direito penal brasileiro.

1.6 Código Florestal Brasileiro

A Legislação ambiental do país é bastante rica em Leis, decretos, resoluções, além de outros instrumentos legais. Dentre eles, tem-se o Código Florestal Brasileiro cuja iniciativa de criação só surgiu por volta de 1920, com a formação, pelo presidente Epitácio Pessoa, de uma sub-comissão para elaborar o seu anteprojeto, que veio a se transformar no Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934⁸⁶. Contudo, esse decreto foi substituído pela Lei 4.771 de 15 de setembro de

⁸⁴CAMPOS, Giacomuzaccara L.. **Aspectos da Lei 9605/98 (Lei dos Crimes Ambientais)**. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 30, 1 abr. 1999. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/1707>> Acesso em: 12 set 2010.

⁸⁵CARVALHO, Ivan Lira. A Empresa e o Meio Ambiente. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Jurídica**. EDITE – Editora da Instituição Toledo de Ensino – Bauru – SP, n. 25. p. 55.

⁸⁶BRASIL.MP/GO. Breve histórico da reserva legal. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portaWeb/hp/9/docs/reserva_legal.pdf> Acesso em 20 set 2010.

1965, trazendo o atual Código Florestal⁸⁷ como a principal legislação ambiental do país. Devido ao enorme crescimento da produção agropecuária, ao desenvolvimento do Brasil em direção aos cerrados do centro do país e sobre a Amazônia, o que gerou grandes problemas ambientais, o novo Código Florestal surgiu em momento de profunda transformação da vida nacional e, mesmo trazendo diversas alterações em seu texto⁸⁸, essa lei, ao longo de mais de quarenta anos de vigência, teve que ser adaptada de maneira a acompanhar a constante evolução da sociedade.

As alterações ocorreram de maneira substancial nos anos de 1978 (Lei nº 6535 de 15 de junho de 1978), 1986 (7.511 de 7 de Julho de 1986), 1989 (7.803 de 18 de Julho de 1989, que revogou as duas anteriores), 2001 (Medida Provisória 2.166-67 de 24 de agosto de 2001) e 2006 (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006).⁸⁹

Essas alterações revelam que desde cedo os legisladores encontraram dificuldades em conciliar os interesses dos diversos atores envolvidos no assunto, ou seja, o governo, os proprietários e a coletividade. Por isso, em mais um momento da história, esse Código está sendo objeto de árduo debate no Congresso Nacional.

A necessidade da criação de um Código Florestal decorreu da constatação da relevância que as florestas assumiram para a humanidade, seja pelas suas características de biodiversidade que devem ser preservadas, seja pela proteção dos recursos de fauna, flora ou hídricos, ou pela sua conotação econômica, que juntos, contribuem para o equilíbrio ambiental tão almejado.

Contudo, no início, as atenções voltadas às florestas tinham cunho estritamente econômico, inexistindo preocupação acerca das questões ecológicas

⁸⁷ BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em: 20 set 2010.

⁸⁸ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 9. ed, 2006, p. 590.

⁸⁹ BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em: 20 set 2010

envolvidas.⁹⁰ Posteriormente, em determinado momento da história, após grande aumento da demanda de madeira, o homem teve que considerar que os recursos até então explorados sem controle, poderiam se esgotar, fator este até então ignorado.

Surgiu então, pela preocupação de manutenção desses recursos, uma conscientização quanto às questões de preservação ao meio ambiente. Em contrapartida, também passaram a existir conflitos pois, se de um lado havia a necessidade de preservação ao meio ambiente, de outro havia o receio de que o crescimento econômico ficaria comprometido, pois a destruição de florestas, tanto para o Brasil como para vários outros países, significava avanço e desenvolvimento econômico, portanto, preservação e desenvolvimento econômico eram conceitos que não poderiam, naquele momento, caminharem juntos.⁹¹

Embora existisse um grande temor de que a nova consciência de cunho ambientalista trouxesse sérios riscos ao desenvolvimento do país, o que se verificou ao longo dos anos foi uma mudança de atitude e de pensamento, agora com intuito preservacionista, resultando no surgimento do Código Florestal Brasileiro aprovado em 1934, que trouxe em seus primeiros artigos:

Art. 1º - As florestas existentes em território nacional, considerada em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se o direito de propriedade com as limitações que as leis, em geral e especialmente este Código, estabelecem.

Art. 2º - Aplicam-se os dispositivos deste Código assim às florestas como às demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade pública às terras que revestem.⁹²

Pode-se dizer que o Código de 34 foi a primeira legislação pátria, direcionada a toda a coletividade, cuja preocupação englobava a nítida preocupação

⁹⁰ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 9. ed, 2006, p.28.

⁹¹ BENJAMIN, Antônio Herman. **Função ambiental. Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: RT, 1993, p. 66.

⁹² BRASIL, Lei n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934. CÓDIGO FLORESTAL DE 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm> Acesso em: 20 set 2010

com a gestão dos recursos florestais do país. Ato seguinte foi a instituição do atual Código Florestal, através da Lei 4.771/65, que veio trazer avanços relativos à matéria jurídica ambiental. Uma delas foi a utilização da noção de “interesse dos habitantes do país”, termo bastante inovador, pois trouxe a idéia de que o interesse em questão não se constituía em direito de propriedade ou desapropriação, mas na vontade da coletividade e de cada indivíduo, para alcançar uma condição de vida digna sob um ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos atualmente utilizados.⁹³

⁹³ ANTUNES, Paulo de Bessa. Reserva Legal e Poder Judiciário. BuscaLegis.ccj.ufsc.BR. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/15942/15506>> Acesso em: 12 set 2010.

2 RESERVA LEGAL FLORESTAL

Em razão da necessidade de proteção aos recursos naturais, o que, ainda que por finalidades econômicas foi percebido desde a época colonial⁹⁴, o ordenamento jurídico pátrio teve que incluir limitações ao direito de propriedade, com restrições e proibições ao uso de determinados recursos da natureza. Isso porque grande parte da população brasileira habitava a zona rural, dependendo diretamente da exploração dos recursos naturais. É certo que não havia nessa época conhecimentos mais profundos acerca do valor dos recursos ambientais e suas inter-relações, tampouco a noção clara da importância dos ecossistemas e da biodiversidade, mas ainda sim, teve início a idéia da necessidade de preservação.⁹⁵

Historicamente, as primeiras leis protetivas ao meio ambiente foram trazidas de Portugal para o Brasil, quando do seu descobrimento, como por exemplo as Ordenações Afonsinas que compilou todas as normas que atendiam ao interesse para a Coroa⁹⁶. Isso porque as florestas brasileiras passaram a ter importância estratégica, face à expansão portuguesa na navegação, o que demandava intensa atividade de construção naval e conseqüentemente, grande extração de madeira, recurso natural já escasso em Portugal.

Contudo, embora inicialmente o intuito fosse o de resguardar a madeira das florestas brasileiras, ainda que por outros fins, a ocupação do território brasileiro foi marcado pela exploração sem medida principalmente do pau-brasil.⁹⁷

⁹⁴ MAGALHÃES, J. P. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, 76p.

⁹⁵ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 9. ed, 2006, p.29.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ SIQUEIRA, J. D. P. A legislação florestal brasileira e o desenvolvimento sustentado. In: Congresso Florestal Panamericano: Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba. **Anais** Curitiba, PR: [S. n.], 1993. Apud: BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil. Disponível em: <D:\Documents and Settings\la\Configurações locais\Temp\1146-3504-1-PB.pdf> Acesso em 26 set 2010.

Durante todo o período colonial e imperial foram embora fossem criadas medidas para conter a exploração dos recursos naturais, com o surgimento da agricultura a adoção de normas protetivas às florestas não eram mais interessantes. Começou a haver incentivo à ocupação do território brasileiro e, embora ao longo do tempo tenha havido uma evolução na legislação ambiental no Brasil, o país não demonstrava grande preocupação com os recursos naturais, havendo para o proprietário rural grande autonomia sobre sua propriedade.

Em 1917 a Lei 9.139 trouxe, além da previsão de incentivos ao plantio, a restrição e condicionamento à exploração do pau-brasil. O Código de 34, que em seu art. 23 determinava que *“nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente”*⁹⁸, instituiu um percentual de reserva para as áreas cobertas de matas e regulando, assim, a destinação de uma área à proteção da vegetação nativa. Com isso, instituiu formalmente a Reserva Legal, ainda que em um primeiro momento não tivesse essa denominação, tendo sofrido, ao longo do tempo, alterações para que seus objetivos e abrangência fossem adaptados à evolução da sociedade.

Em substituição ao Código de 34, foi criada a Lei nº 4.771/65, que instituiu o novo Código Florestal, também trouxe em seu texto esse importante instrumento de salvaguarda, legitimado pela sua relevância na proteção da biodiversidade, de maneira a assegurar a formação de um banco genético para as futuras gerações ⁹⁹.

⁹⁸ BRASIL, Decreto-Lei n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934, Aprova o Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm> Acesso em 20 set 2010.

⁹⁹ COSTA NETO, Nicolao Dino C. Reflexões sobre a proteção jurídica da floresta amazônica. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). **Desafios do direito ambiental no século XXI**: estudos em homenagem a Paulo Afonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 691.

No início de 1991 foi publicada a Lei de Política Agrícola¹⁰⁰ (Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991) que, dentre as regras trazidas para a proteção ambiental, trouxe a obrigação do proprietário rural a recompor sua propriedade.

O instituto da Reserva Legal, tal como disposto no ordenamento jurídico brasileiro, somente existe no Brasil - embora como instrumento de gestão ambiental não seja o único do planeta-, sendo tratado como uma das figuras mais polêmicas de limitação administrativa criadas pela legislação ambiental pátria, pois visa dar efetividade a princípios básicos de direito ambiental, para a manutenção e preservação do meio ambiente, em atendimento aos interesses públicos e ao mesmo tempo possibilitar a utilização da área protegida, atendendo aos interesses do particular¹⁰¹. Neste caso, as normas protetivas devem aliar os interesses econômicos do proprietário aos fins sociais, tais como a utilização sustentável dos recursos naturais, manutenção e reabilitação dos processos ecológicos e a proteção da flora e fauna nativas.

Atualmente, a regularização da Reserva Florestal Legal está disciplinada na Medida Provisória 2.166-67 de 24 de agosto de 2001, cujos efeitos foram prorrogados em função da Emenda Constitucional nº 32, que promoveu alterações na redação original do art. 44 do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65), passando a vigorar nos seguintes termos:

“O proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior ao estabelecido nos incisos I, II, III e IV do art. 16, ressalvado o disposto nos seus §§ 5º e 6º, deve adotar as seguintes alternativas, isoladas ou conjuntamente:

- I – recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;
- II – conduzir a regeneração natural da reserva legal; e

¹⁰⁰ BRASIL, Lei n. 8.717 de 17 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8171.htm>>, Acesso em: 23 set 2010.

¹⁰¹ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 356.

III – compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento.

2.1 Conceito

A MP 2.166-67/01, que alterou as disposições do Código Florestal, trouxe o termo Reserva Florestal Legal, definindo-a como *“a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de proteção permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.”*¹⁰²

Nas palavras de Paulo Afonso Leme Machado, a Reserva Legal traduz-se na prudência que os governantes brasileiros devem ter para conduzir o Brasil a um estoque vegetal para conservar a biodiversidade, levando-o a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações¹⁰³.

A Reserva Legal é constituída por um percentual da área total da propriedade, definido por lei, e variando de acordo com as peculiaridades de cada região geográfica dos país e do bioma onde esteja inserida a propriedade¹⁰⁴. É uma característica que se assemelha a um ônus real que recai sobre o imóvel e obriga o proprietário, independentemente de sua pessoa ou da forma pela qual tenha adquirido a propriedade pois trata-se de obrigação *propter rem*¹⁰⁵. Atualmente, os percentuais adotados são os estabelecidos pelo art. 16 do Código Florestal:

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

¹⁰² BRASIL. Lei nº 4.771/65, art. 1º, § 2º, III, com redação dada pela MP 2.166/67/2001.

¹⁰³ MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 738

¹⁰⁴ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 354.

¹⁰⁵ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 9. ed, 2006, p.536

- I – 80% (oitenta por cento), na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;
- II – 35% (trinta e cinco por cento), na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo;
- III – 20% (vinte por cento), na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e
- IV – 20% (vinte por cento) na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.

Na explicação do professor Juraci Perez Magalhães¹⁰⁶

não devem ser entendidas de forma restritiva, pois referem-se não só à vegetação nativa, mas a todas as formas de vegetação, conforme explica a seguir:

Dentro deste contexto, não temos dúvida em afirmar que o art. 16 se aplica não à vegetação nativa, mas também às demais formas de vegetação. Não é difícil chegarmos a esta conclusão. Em primeiro lugar, porque a Constituição exige, para assegurar a todos um meio ambiente sadio, a proteção da flora (art. 225, § 1º, VII) e não só das florestas que são uma espécie desta. Além disso, um dispositivo legal não existe isoladamente, mas ligado por nexos íntimos ao corpo da lei.

A obrigatoriedade de se instituir essa área recai apenas sobre a propriedade ou posse rural de domínio privado, constituindo-se em uma limitação administrativa, na medida em que representa uma imposição geral, de ordem pública, que condiciona o uso da propriedade rural particular, onde há a presença de vegetação nativa, visando ao atendimento do interesse público. Caracteriza-se pela compulsoriedade, generalidade, gratuidade, perpetuidade, inalterabilidade de destinação e averbação.

A primeira característica, ser compulsória, diz respeito à obrigatoriedade de sua incidência sobre todos os imóveis rurais localizados nas regiões mencionadas no art. 16 do Código Florestal, nos percentuais mínimos ali elencados.

¹⁰⁶ VILELA, Gracielle Carrijo, RIEVERS, Marina, MUKAI, Toshio (Org.). **Direito e meio ambiente: reflexões atuais**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 259.

Já a generalidade, decorre da norma do referido artigo não ser específica, quando diz que a proteção especial resulta da localização geográfica, referindo-se a todos os imóveis rurais situados nas regiões especificadas, não sendo restrição imposta caso a caso.

É gratuita, pois, considerada a generalidade da obrigação de instituir a reserva legal florestal, não cabe indenização ao proprietário por parte do Poder Público. A obrigação de instituir e manter a Reserva não grava um proprietário somente, mas todas as propriedades rurais privadas ¹⁰⁷.

A perpetuidade e inalterabilidade de destinação significam que, considerando-se o interesse público na proteção das florestas, a restrição é perene e imutável, não podendo haver modificação nem da reserva nem de sua destinação. Essa determinação ocorre, inclusive, nas hipóteses de transmissão do imóvel, a qualquer título ou por desmembramentos, devendo a limitação administrativa acompanhar o imóvel, independente dos interesses dos particulares envolvidos, de maneira que seja resguardada a conservação do ecossistema florestal.

Narciso Orlandi Neto afirma que *“a imutabilidade atende à finalidade da reserva, pois, se houvesse possibilidade de deslocamento, o objetivo da conservação restaria frustrado”* ¹⁰⁸. Assim *“a reserva legal grava um imóvel perpetuamente, haja ou não desmembramentos, haja ou não alienações”* ¹⁰⁹. Não pode ser diminuída ou aumentada, somente podendo existir alteração quanto à titularidade do domínio, sem que isso, contudo, interfira na destinação da área da reserva florestal.

¹⁰⁷ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 744.

¹⁰⁸ Orlandi Neto, Narciso. As reservas particulares e legais do Código Florestal e sua averbação no Registro de Imóveis. In: Vladimir Passos de Freitas (org). **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba: Juruá, 1998, p. 207-208.

¹⁰⁹ Idem, p. 209.

Quanto a essas características, somente passaram a ter validade com a edição da Lei 7.803/89, através da modificação da redação dos artigos 16, § 2º, e 44, parágrafo único, da Lei 4.771/65, sendo mantidas, em princípio, mesmo após a MP 1.956-50 de 26 de maio de 2000, alterada pela MP 2.166-67/01, com a determinação de vedação de alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação de área, com as exceções previstas no Código.

Relativamente à averbação, muito embora esta não seja condição de existência da reserva legal, pois é procedimento independente da inscrição de matrícula do imóvel, esta exigência revela-se obrigatória, representando a necessidade de que o percentual destinado à reserva legal florestal seja averbado, de maneira a tornar pública a existência da limitação administrativa, para que seja assegurada a imutabilidade da área, a ser aplicada em relação às posteriores transações envolvendo o imóvel. Sobre esta característica, pode-se ser destacado julgado do Ministro Luiz Fux, cuja ementa ostenta o seguinte teor:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. ARTS. 16 E 44 DA LEI Nº 4.771/65. MATRÍCULA DO IMÓVEL. AVERBAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA FLORESTAL. NECESSIDADE.

1. A Constituição Federal consagra em seu art. 186 que a função social da propriedade rural é cumprida quando atende, seguindo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a requisitos certos, entre os quais o de "utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente"
2. A obrigação de os proprietários rurais instituírem áreas de reservas legais, de no mínimo 20% de cada propriedade, atende ao interesse coletivo.
3. A averbação da reserva legal configura-se, portanto, como dever do proprietário ou adquirente do imóvel rural, independentemente da existência de florestas ou outras formas de vegetação nativa na gleba.
4. Essa legislação, ao determinar a separação de parte das propriedades rurais para constituição da reserva florestal legal, resultou de uma feliz e necessária consciência ecológica que vem tomando corpo na sociedade em razão dos efeitos dos desastres naturais ocorridos ao longo do tempo, resultado da degradação do meio ambiente efetuada sem limites pelo homem. Tais consequências nefastas, paulatinamente, levam à conscientização de que os recursos naturais devem ser utilizados com equilíbrio e preservados em intenção da boa qualidade de vida das gerações vindouras (RMS nº 18.301/MG, DJ de 03/10/2005).

5. A averbação da reserva legal, à margem da inscrição da matrícula da propriedade, é consequência imediata do preceito normativo e está colocada entre as medidas necessárias à proteção do meio ambiente, previstas tanto no Código Florestal como na Legislação extravagante. (REsp 927979/MG, DJ 31.05.2007)
6. Recurso Especial provido.¹¹⁰

2.2 Interesses Público e Privado

A preservação do meio ambiente pode coexistir com os interesses particulares, na medida em que bens ambientalmente relevantes podem pertencer ao particular. Este, contudo deve utilizá-los de maneira ambientalmente responsável, compatível com o interesse da coletividade, para garantir o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como nos ensina Roxana Borges¹¹¹:

Esse direito não se pleiteia exclusivamente ao Estado ou especialmente a outras pessoas, como se estes devessem alguma prestação específica a alguém. Sendo um direito-dever *erga omnes*, existe uma situação de solidariedade jurídica e ética em que os sujeitos encontram-se ao mesmo tempo em ambos os pólos, ou seja, ao mesmo tempo em que são sujeitos ativos, são também sujeitos passivos do mesmo direito.

Não há que se cogitar da sobreposição do interesse público sobre o privado, ou vice-versa, devendo haver um diálogo entre eles quando se trata de matéria ambiental, pois o interesse maior a ser tutelado o bem ambiental de uso comum. Sobre essa questão, Paulo de Bessa Antunes¹¹², diz que o ambientalismo reconhece a existência do público e do privado, e visa integrá-los harmoniosamente, nenhum podendo excluir o outro.

Não obstante, deve ser ressaltado, acerca das concepções que norteiam as discussões entre os direitos público e privado, que a ingerência do Estado no

¹¹⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 821.083/MG, Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, publicado no Diário de Justiça eletrônico de 9.4.2008. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200600352662&dt_publicacao=09/04/2008> Acesso em 19 set 2010.

¹¹¹ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999, p. 41-42.

¹¹² ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996, p.33

direito de propriedade através dos dispositivos constitucionais é um exemplo da prevalência do interesse comum, o que justifica a obrigatoriedade das propriedades cumprirem determinada função social.

2.3 Interferência do Poder Público na Localização da Reserva Florestal dentro da Propriedade Privada

A Reserva Legal Florestal deve ter sua função precípua otimizada. Assim, deve estar localizada nas proximidades ou em contigüidade com outros espaços protegidos, com vistas a garantir a transferência de genes entre as populações de mesma espécie. Dessa forma, é a definição de sua localização que servirá de garantia para a proteção ao meio ambiente e ao cumprimento da função ambiental do espaço¹¹³.

Para evitar a absoluta autonomia do proprietário ou posseiro na delimitação da reserva legal, o que poderia gerar interseções na área florestal pela falta de continuidade da cobertura arbórea entre uma propriedade e outra acarretando o esfacelamento dos espaços necessários ao abrigo e proteção da fauna, bem como dificuldade na conservação da biodiversidade, o que desatenderia à própria finalidade da reserva, é que houve a necessidade de alteração no Código Florestal, que, em um primeiro momento, nada estabelecia quanto à participação do Poder Público na determinação da área a ser protegida.

Assim, a MP 2.166-67/01, dando nova redação ao art. 16, § 4º, estabeleceu que *“a localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada(...)”*, devendo, ainda, ser considerados a função social da propriedade, o plano de bacia hidrográfica, o plano

¹¹³ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 357.

diretor municipal, o zoneamento ecológico-econômico, a existência de outras categorias de zoneamento ambiental e, finalmente, a proximidade com outra reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida ¹¹⁴.

A decisão quanto à localização da Reserva Legal tem por base critérios técnicos, fixados por lei, podendo, na impossibilidade de se delimitar uma área de um proprietário apenas, ser instituída em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, hipótese em que o percentual legal em relação a cada imóvel deverá ser respeitado, condicionando-se à aprovação pelo órgão ambiental estadual competente e às devidas averbações referentes a todos os imóveis envolvidos ¹¹⁵, nos termos do art. 16, § 11 do Código Florestal *“Poderá ser instituída reserva legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade, respeitado o percentual legal em relação a cada imóvel, mediante a aprovação do órgão ambiental estadual competente e as devidas averbações referentes a todos os imóveis envolvidos”*

Outra questão é a de que a localização deve considerar que a proteção do patrimônio florestal ultrapassa os limites dos Estados e dos Municípios. Há a evidente necessidade de se assegurar, ao máximo, a homogeneidade a continuidade dos ecossistemas florestais, independentemente dos territórios estaduais e/ou municipais, motivo pelo qual faz-se necessária a coordenação dessa atividade pelo órgão federal do meio ambiente, o qual analisará a sua aprovação, trabalhando em conjunto com os demais órgãos estaduais e/ou municipais ¹¹⁶.

¹¹⁴ COSTA NETO, Nicolao Dino C. Reflexões sobre a proteção jurídica da floresta amazônica. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). **Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Afonso Leme Machado**. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 695.

¹¹⁵ Lei nº 4.771/65, art. 16, § 11, com redação dada pela MP nº 2.166-67/01.

¹¹⁶ MACHADO, Paulo Afonso Leme, **Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 740.

Contudo, atualmente, as áreas destinadas às Reservas Legais raramente permitem a interligação com outras áreas verdes, não permitindo a migração natural das espécies, gerando uma limitação do fluxo gênico, o que vai de encontro à principal função do instituto. Na prática, sua formação está sendo feita em forma de mosaicos, ao interesse do proprietário, para que não interfira no uso da propriedade, nem haja prejuízos à produção, o que vai de encontro aos princípios e fundamentos do instituto.

Uma das possíveis alternativas encontradas por ambientalistas e biólogos seria a criação dos chamados “corredores ecológicos”¹¹⁷, que teriam por finalidade a interligação dessas áreas de preservação – Reservas Florestais Legais e Áreas de Proteção Permanente, idéia que encontra resistência entre os proprietários rurais, em virtude dos possíveis danos que lhes poderiam ser causados.

2.4. A Reserva Legal Florestal e sua interação com as demais formas de proteção dos espaços territoriais

A Reserva Legal decorre de normas legais limitativas do direito de propriedade, assim como as florestas e as demais formas de vegetação permanentes, também previstas no Código Florestal ¹¹⁸. No entanto, constituem-se em regimes jurídicos distintos, claramente estabelecidos pela MP 2.166-67/01. As Áreas de Preservação Permanente por exemplo vem disciplinada no artigo 2º do Código Florestal, nos seguintes termos:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

¹¹⁷ Análise de Conjuntura. Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, n. 33, p. 5-6. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/copy_of_analisedeconjuntura/Boletim%20no%2033.pdf> Acesso em 05 out 2010.

¹¹⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme, **Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 739.

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989).

Enquanto a Reserva legal é destinada a propriedades da área rural e somente incidem sobre o domínio privado, as Áreas de Preservação Permanentes – APPs incidem indistintamente em áreas urbanas ou rurais, tanto no domínio privado como no domínio público. Ressalva-se que as APPs não podem ser consideradas para fins de Reserva Legal de uma propriedade, a menos que a soma da vegetação nativa da APP exceda aos índices fixados no § 6º do art. 16 do Código Florestal¹¹⁹ e

¹¹⁹ Lei nº 4.771/65, art. 16 § 6º “[...] I – oitenta por cento da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; II, cinquenta por cento da propriedade rural localizada nas demais regiões do País; III – vinte e cinco por cento da pequena propriedade definida pelas alíneas ‘b’ e ‘c’ do inciso I do § 2º do art. 1º.”

desde que esse aproveitamento não implique na conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.

A Reserva Legal pode coexistir também com as Áreas de Proteção Ambiental – APA e não se confunde com os Parques nacionais, estaduais e municipais, tampouco com as Reservas Biológicas, por serem estas áreas exclusivamente de domínio público, conforme estabelecido pelo Direito Internacional (Convenção de Washington) e pelo Direito Nacional (Lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC) ¹²⁰, assim como as Florestas Nacionais, também de domínio exclusivamente público.

Na existência de animais da fauna silvestre na propriedade, estes não serão abrangidos pela Reserva Legal, pois, mesmo estando em um imóvel privado, constituem-se em bem público ¹²¹.

2.5. Utilização de áreas destinadas à reserva legal

Em atendimento a uma finalidade maior, qual seja, a de proteção ao meio ambiente, a Reserva Legal, assim como as outras formas de restrição à propriedade, impõem limitações ao uso da propriedade, mas sem deixar de lado a sua função social que inclui, além da preservação ambiental, o uso racional dos recursos naturais, de maneira a garantir o adequado manejo florestal sustentável, conforme disposto no art. 186, II, da CF/88, *verbis*:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;

¹²⁰ BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. SNUC. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Art. 10/11 Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>, Acesso em 29 set 2010.

¹²¹ Idem, art. 17.

- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No entanto, as normas relativas à Reserva Legal, que deverão especificar os princípios e critérios técnicos e científicos de sua utilização, poderão restringir a livre fruição da propriedade, mas não se poderá inviabilizar por completo seu uso. A posse do espaço permanece com o proprietário, que poderá utilizar a área sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com os princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos nas normas legais ¹²², não ficando alijada da propriedade, na medida em que é possível implantar usos compatíveis com a proteção, ficando a proibição na supressão da cobertura vegetal, o que afastaria o cumprimento da função ambiental.

Nesse contexto, embora haja previsão legal para a manutenção da reserva legal, verifica-se a inexistência dessa figura em muitas propriedades rurais, por ela ser entendida como um prejuízo à propriedade. Essa visão, contudo, pode ser modificada se analisarmos a reserva legal como áreas de ecossistemas que abrigam a flora e fauna nativa da região. A flora, adaptada historicamente ao ambiente em que se encontra, representa um banco natural, que conserva material genético de uso imediato ou com potencial de uso futuro, podendo trazer vários benefícios ambientais e econômicos à propriedade, tais como:

- conservação do solo, dos corpos hídricos e da biodiversidade;
- banco de inimigos naturais para o controle de pragas e doenças, em função de sua alta diversidade de plantas, animais e microorganismos;

¹²² BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>, Acesso em: 29 set 2010.

- disponibilização de alimentos e abrigo para animais que polinizam e espalham sementes de espécies nativas de importância econômica e/ou ecológica;
- proteção do solo contra a erosão e a perda de nutrientes;
- considerável melhora na qualidade ambiental da propriedade;
- concorrer para a preservação do ambiente para as gerações futuras e para a conservação da água, fauna e flora.

Além disso, deve-se enfatizar os benefícios econômicos da manutenção de área de grande interesse ecológico como as das reservas legais, são eles:

- fiscais – para os proprietários que estiverem em conformidade com a legislação ambiental vigente tais como: isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR (Lei no. 9.393 de 1966); prioridade na aquisição de crédito rural e concessões de benefícios no programa de infraestrutura rural e de fornecimento de mudas ecologicamente adaptadas para recompor a cobertura florestal;
- alternativa de renda através da coleta de sementes e produção de mudas de espécies nativas para recomposição de áreas degradadas;
- desenvolvimento de educação ambiental e ecoturismo, conforme as características da área e do projeto educativo pretendido, possibilitando a conscientização ambiental bem como a divulgação dos produtos produzidos na propriedade;
- aumento da produtividade de culturas agrícolas através da apicultura, que, além de desempenhar função ambiental como a polinização, pode disponibilizar ao produtor rural vários produtos para complementação de sua alimentação e aumento de sua renda;

- manejo florestal madeireiro mediante autorização do órgão ambiental; e
- outorga de recursos hídricos (lei de recursos hídricos nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que outorga a cobrança pelo uso da água e redirecionando ao manejo de tal recurso para comitês de bacia, sob supervisão da Agência Nacional de Água – ANA).

Essas formas de utilização da área destinada à Reserva Legal, embora sejam atividades de cunho econômico, podem ser compatíveis com finalidade protetiva da área, sendo também flexibilizado seu uso na pequena propriedade ou posse rural, através da autorização do cômputo dos plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas, conforme transcrição a seguir do art. 1º, §2º do Código Florestal, alterado pela MP 2.166-67/01:

“I – Pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo, cuja área não supere:

- a) 150 ha se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense;
- b) 50 ha se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão; e
- c) 30 ha, se localizada em qualquer outra região do País.

Em qualquer hipótese, deve haver o incentivo, tanto pela sociedade como pelos órgãos competentes¹²³, para a implantação e averbação da reserva legal nas propriedades rurais como instrumento indispensável para a conservação e o

¹²³ Análise de Conjuntura. Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, n. 33, p. 5-6. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnotec/copy_of_analisedeconjuntura/Boletim%20no%2033.pdf, Acesso em 05 out 2010.

desenvolvimento de uma agricultura sustentável, de forma a garantir um ambiente saudáveis às futuras gerações.

2.6 A preservação ambiental

A realidade brasileira demonstra que a maioria dos proprietários rurais oferecem resistência à implantação de medidas para a conservação do meio ambiente nas propriedades particulares porque desconhecem ou ignoram os benefícios que essa preservação pode trazer a eles próprios e à toda a sociedade.

Segundo Macdowell e Sparks ¹²⁴ os planejamentos voltados para a conservação dos recursos naturais devem incluir ações multidisciplinares que conscientizem e demonstrem que a mudança de comportamento dos responsáveis pela custódia dos ecossistemas é de grande importância, pois muitas vezes, em decorrência de dificuldades econômicas ou de gestão governamental, o produtor rural pode ser melhor conservacionista do que o governo.

Assim a implantação e conservação da reserva legal depende da compreensão, pelo produtor rural, da importância dessas áreas de preservação para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, dos quais, depende a produtividade e a viabilidade econômica do empreendimento agrícola em longo prazo. A importância dessa consciência decorre do fato de que a decisão final sobre o destino da reserva legal, independente das definições do Congresso, ainda permanecerá na mão deles, influenciados pelo conhecimento e o estímulo que receberem.¹²⁵

¹²⁴ JOELS, Liliâne Miranda. **Reserva legal e gestão ambiental da propriedade rural: um estudo comparativo da atitude e comportamento de agricultores orgânicos e convencionais do distrito federal**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabjoels2.htm>>, Acesso em 10 out 10

¹²⁵ Idem.

3 A RESERVA LEGAL E AS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO FLORESTAL

O Código Florestal de 65 (Lei 4.771/65), como anteriormente mencionado, é uma das leis ambientais mais importantes do país, constituindo-se em um dos instrumentos de proteção ambiental cujos pressupostos são considerados vitais pelos especialistas na conservação de nossos recursos florestais.¹²⁶

Documento que foi elaborado em decorrência das dificuldades na implementação do Código Florestal de 34, também sofreu inúmeras alterações ao longo dos seus 45 anos de existência, as quais não foram suficientes para acompanhar o frenético ritmo de expansão da sociedade brasileira, que avançava pelas áreas do país de maneira desordenada na maioria das vezes, sem se preocupar se a iria atingir o meio ambiente de alguma forma.

Dessa forma, com esse crescimento desenfreado influenciando direta e negativamente o meio ambiente, ao longo dos anos foram intensificadas as preocupações com as questões ambientais brasileiras, o que levou a sérias críticas ao código florestal, que, desde sua criação em 34 e posterior alteração, em 65, vem sendo alvo de discussões entre ambientalistas, defensores da conservação dos biomas brasileiros, e ruralistas, cujo objetivo precípuo é o uso da terra para a produção agropecuária, sem reservas. Assim, desde meados dos anos 90 têm sido feitas várias tentativas de flexibilização do Código Florestal, de maneira a adequá-lo à realidade brasileira.

No entanto, apenas em 2008, foi criado um grupo de trabalho para discutir o código, com representantes de três ministérios: da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, além de representantes dos ambientalistas. Diante da falta de consenso entre os membros, o grupo foi dissolvido em janeiro de 2009.

¹²⁶ ASSIS, José Chacon. **Mudanças no código florestal ameaçam florestas e os ecossistemas brasileiros**. Disponível em : www.crearj.org.br, Acesso em 18 jun 2010.

Em fevereiro do mesmo ano, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, composta por 13 ministérios, promoveu uma alteração no código: a redução de 80 para 50% da reserva legal no entorno das BRs 163 (que liga Santarém a Cuiabá) e 230 (Transamazônica), além de outras rodovias próximas, desobrigando os produtores de reflorestarem com espécies nativas cerca de 700 mil hectares na Amazônia.

A tentativa de nova alteração, em novembro de 2009, pelo ministro da agricultura, à época Reynolds Stephanes, através de uma medida provisória, provocou a reação de várias entidades defensoras da preservação ambiental, que elaboraram carta criticando as propostas e entregaram ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Face ao questionamento sobre a praticidade e aplicabilidade das normas constantes do Código Florestal, mas não havendo consenso sobre as alterações a serem feitas, legisladores, juristas e grandes estudiosos, se reuniram na busca de uma solução para o eminente problema. Contudo, as opiniões nunca foram unânimes. Apesar disso, em abril deste ano ficou pronto o relatório para reformulação do Código Florestal, por comissão da câmara presidida pelo líder ruralista Moacir Micheletto, que está prestes a ser votado, ainda com muita polêmica em torno das questões ali tratadas.

3.1 Substitutivo ao Projeto de Lei 1.876/99

A proposta do Projeto de Lei 1876/99, que dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal e exploração florestal, é de autoria do Sr. Sérgio Carvalho. Para analisá-la, foi constituída uma Comissão Especial, destinada a proferir parecer sobre esse projeto de lei. O resultado, foi o voto do Deputado Aldo

Rebello, designado relator, que embasou a criação do substitutivo à esse projeto de lei original e que agora, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, revoga a Lei 4.771/65 e dá outras providências.

Em seu parecer deixa claro que a preservação ambiental é dever de todos, e que quando há cobrança por parte do Ministério Público, órgão responsável, entre outras coisas, por promover a proteção do patrimônio público e social, para que o Código Florestal seja efetivamente aplicado, voltam as discussões acerca da necessidade de sua alteração, pois intensificam-se as ações de fiscalização, controle e punição. Admite, no entanto, que quaisquer alterações no Código devem se ater aos princípios constitucionais relativos ao meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável, sugerindo um modelo econômico, político, social, cultural e ambientalmente equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.¹²⁷

Ressaltou o confronto entre o setor produtivo e os ambientalistas, que não chegam a consenso, atrapalhando o processo de busca à melhor solução para os problemas ambientais atualmente enfrentados pelo país. Enfatizou o fato da crescente quantidade de agricultores irregulares, demonstrando uma resistência na aceitação, aplicação e controle da legislação atual e que desde a criação do Código de 65, inexistiu esforço do Governo para o cumprimento das normas ali insertas, havendo, ao contrário, a submissão da política ambiental à política fundiária, na medida em que houve incentivo à ocupação das áreas vazias e expansão da fronteira agrícola. Isso, aliado às inúmeras alterações ocorridas, gerou uma enorme insegurança jurídica.

¹²⁷ REBELO, Aldo. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebello (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/777725.pdf>> Acesso em: 19 out 2010.

Nas audiências públicas realizadas, as opiniões foram divergentes, em especial, quanto às áreas de Reserva Legal: uns a favor da expansão, diante de sua importância para a preservação ambiental; outros a favor da sua extinção; outros ainda são pela obrigatoriedade, mas apenas em alguns casos, exonerados, por exemplo, os pequenos agricultores familiares; há, também, os que pretendem o cômputo das áreas de preservação permanente na reserva legal; os que pedem a regularização das áreas já consolidadas, mesmo para as propriedades mais recentes; os que pretendem que na recomposição das áreas de reserva legal fosse permitido o plantio de espécies exóticas e a maior solicitação, que exprime uma opinião quase unânime, relativa à criação de mecanismos de incentivo e prêmios para os proprietários que conservarem o meio ambiente.

Ao analisar as propostas, a comissão pôde destacar os pontos mais importantes, dentre eles, que ficou clara a necessidade de aprimoramento da legislação ambiental vigente, não para resolver problemas pontuais, mas para que seja concebido um novo marco regulatório, com a mudança na forma de planejamento, sem olhar para a propriedade de maneira individualizada, mas como fazendo parte da coletividade, e ainda, considerando a região ou bioma. Deverá haver a harmonização dos sistemas de produção com os sistemas de proteção, através de um programa de regularização ambiental das propriedades, com ênfase na educação ambiental e melhor desenvolvimento nos serviços burocráticos relativos ao cadastramento dos imóveis rurais. A criação de instrumentos de garantia para a reserva legal, com um fundo nacional de meio ambiente e a compensação financeira, de forma a viabilizar o pagamento por serviços ambientais, além da criação de maneiras para a certificação dos proprietários que realmente adotarem e investirem em um sistema de produção mais conservacionista, adotando uma forma

diferente de trabalho, não mais com fiscalizações e punições, mas também com a indução da recuperação e preservação das RLs.

Em seu parecer, o relator procurou se basear pelas principais demandas relativas ao atual Código Florestal, sem, contudo, passar por cima dos projetos de lei sobre outros temas ainda não satisfatoriamente detalhados. Também com relação ao Código atual, procurou aproveitar a estrutura temática e o texto do Projeto de Lei nº 5.226 de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro entre outros.

3.2 Principais alterações ¹²⁸

➤ Moratória - Proibido o desmatamento de florestas nativas, pelo período de cinco anos, assegurada a manutenção das atividades agropecuárias existentes em áreas desmatadas até 22.07.2008. A moratória é exclusiva sobre as florestas nativas, não se aplicando sobre as demais formas de vegetação (cerrado, pampa, caatinga). A exceção à moratória são os imóveis com autorização de desmatamento já emitida e das áreas em licenciamento, cujo protocolo seja anterior à data da publicação da lei.

➤ Direito adquirido - garante aos proprietários que comprovarem o respeito ao índice de reserva legal em vigor na época da abertura da área, a dispensa de sua recomposição ou compensação. Neste caso, um proprietário de área na Amazônia que desmatou 50% de sua área, quando a legislação assim o permitia, estará desobrigado a recompor a área para se adequar ao atual índice de preservação de 80%.

➤ Programas de Recuperação Ambiental - Determinação para que a União, Estados e Municípios elaborem, em até 5 anos, Programas de Regularização

¹²⁸ Canal do Produtor. Notícias CNA. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/principais-alteracoes-do-codigo-florestal>> Acesso em 20 out 2010

Ambiental (PRA's), para que sejam conhecidas as condições para a consolidação das áreas bem como para a sua recuperação, ficando assegurada a manutenção das atividades agropecuárias e florestais consolidadas em APPs, Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito, nesse período. No entanto essas medidas somente serão tomadas se a degradação da vegetação tiver ocorrido antes de 22.7.2008 e se houver sido determinadas práticas conservacionistas para o local além da existência do cadastro ambiental do imóvel. Após ser cadastrado no PRA, o proprietário não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de **22.07.2008**, ficando suspensa a cobrança das multas decorrentes de atos anteriores a essa data.

➤ Percentuais – Os atuais percentuais de Reserva Legal foram mantidos: 80% (oitenta por cento), na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; 35% (trinta e cinco por cento), na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo; 20% (vinte por cento), na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e 20% (vinte por cento) na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.

Contudo, poderá ser feito o cômputo da Área de Preservação Permanente na RL, desde que não ocorram novos desmatamentos; que a APP esteja conservada ou em fase de regeneração e o proprietário tenha feito cadastro ambiental.

Tratando-se de servidão ambiental, atualmente sua instituição só pode ocorrer nas áreas que excedem a de reserva legal. Com a alteração, será permitido

o uso da servidão ambiental, podendo o proprietário destinar área de vegetação do seu imóvel além do exigido para a RL a um imóvel rural de terceiros, da seguinte forma: áreas de floresta – considerada servidão o percentual de vegetação que exceder a 50%; áreas de cerrado – o percentual que exceder a 20%;

➤ Regularização – as consideradas pequenas propriedades rurais (com áreas de até quatro módulos fiscais), ficarão desobrigadas da recomposição florestal ou compensação ambiental. As que tiverem áreas superiores terão direito à isenção até esse limite, pois a obrigação de regularizar a reserva legal recai apenas sobre a área excedente, sendo permitido o cômputo das APPs.

➤ Recomposição da área – prazo inferior a 20 anos será exigida a recomposição de 1/10 a cada dois anos, podendo, para isso, o produtor utilizar espécies exóticas intercaladas com nativas em até 50%.

➤ Compensação – a compensação poderá ser utilizada da seguinte forma: **a)** arrendamento, por meio de servidão ambiental, fora da bacia hidrográfica e do Estado – onde localizar-se a propriedade – desde que no mesmo Bioma; **b)** aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA) - título que representa vegetação nativa sob regime de servidão ambiental, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos na lei; **c)** doação ao Poder Público, de área localizada no interior de Unidade de Conservação, pendente de regularização fundiária ou contribuição para Fundo Público, que tenha essa finalidade.

3.3 Obrigatoriedade de reposição das áreas desmatadas antes de 2008 e anistia dos produtores rurais

Questão importante, que inclusive é alvo de mais uma discussão entre ambientalistas e ruralistas é: o que deve ser feito com as propriedades que antes da

criação da Lei que instituiu a Reserva Legal, já se encontravam totalmente exploradas, e produtivas, na medida em que a determinação para a criação de áreas protegidas nessas propriedades para os ruralistas pode significar a diminuição de sua capacidade produtiva ao passo que para os ambientalistas é perfeitamente aplicável, pois a exploração representa um dano ambiental que deve ser reparado.

Essa regra se aplica também às pequenas propriedades, cuja área não ultrapassa quatro módulos fiscais, ficando dispensadas de manter reserva legal em pelo menos 20% do terreno. Mas as propriedades que ainda tiverem vegetação nativa não poderão cortá-la pelo menos por um período de cinco anos, prazo da moratória para o desmatamento, que não permitirá nenhum tipo de desmatamento para agricultura ou pecuária, obrigando, nesse período, que os proprietários rurais implementem um Programa de Regularização Ambiental (PRA), onde deverão se adequar à legislação. Esse programa proporcionará diagnóstico da situação de florestas no país, o que não é possível hoje. Segundo Rebelo, também deverá haver a obrigatoriedade de os proprietários fazerem um registro do que possuem de área preservada em suas propriedades¹²⁹.

Outro ponto importante, é a anistia dos produtores rurais dos passivos ambientais. Sobre o assunto, foi assinado o Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009, instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado 'Programa Mais Ambiente'.

Esse Decreto faculta aos proprietários e possuidores rurais que ainda não tiveram processos definitivamente julgados no âmbito administrativo a aderirem ao Programa até 11 de dezembro de 2011, de maneira à verem suspensas a cobrança de multas aplicadas em decorrência de infrações ambientais cometidas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (RL).

¹²⁹ Idem.

Isso porque o Decreto n. 7.029/2009 altera o disposto no Decreto n. 6.514/2008 (que regulamenta a Lei dos Crimes Ambientais), e confere um prazo de 120 dias para que o possuidor ou proprietário averbe a localização, compensação ou desoneração da sua área de reserva legal, depois que o órgão ambiental, *in casu*, o IBAMA, emita os documentos pertinentes para tanto. Como essa disposição da averbação somente entrará em vigor no final de 2011, o mesmo Decreto dispõe que as sanções pela inobservância desse registro ficam suspensas, não podendo ser aplicadas.¹³⁰

Se a proposta de reforma do Código Florestal, aprovada pela comissão especial da Câmara dos Deputados, for aprovada em definitivo, serão liberados pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis, conforme afirma o próprio Aldo Rebelo quando diz que *“o objetivo foi tentar regularizar a situação de 90% de produtores brasileiros, que estão na ilegalidade. E, é claro, manter a vegetação que hoje temos no Brasil”*.¹³¹

Alguns Estados, para a solução dos conflitos, optaram pelo regime da compensação da área, ficando o ônus por conta do proprietário, motivo pelo qual vários ruralistas defendem a extinção da Reserva Legal ou pelo menos o pagamento de uma indenização pelo governo para a manutenção dessas reservas.

¹³⁰ TRENNEPOHL, Terence. A Reserva Legal e o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/a-reserva-legal-e-o-desenvolvimento-sustentavel/>> A Reserva legal e o desenvolvimento sustentável >, Acesso em 18 set 10.

¹³¹ Notícia. Disponível em: <<http://www.aldo-rebelo.com.br/?pagina=noticias&cod=1220>> Acesso em: 20 out 2010.

4 POSIÇÃO DOS AMBIENTALISTAS E DOS RURALISTAS

A despeito da real necessidade de alteração do texto em vigor, as posições nunca foram unânimes quando o assunto é meio ambiente. A divergência nos posicionamento, fez surgir duas vertentes opostas: de um lado os ambientalistas, que lutam pela preservação ambiental a todo custo; do outro os ruralistas, que lutam pela utilização econômica da propriedade sem restrições, ou pelo menos com restrições menores. De qualquer forma, a apresentação do relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sobre mudanças no Código Florestal, causou polêmica entre deputados das bancadas ruralista e ambientalista, insatisfeitos com as propostas do relator sobre a atribuição de mais autonomia aos estados para legislar sobre meio ambiente e a retirada da obrigatoriedade de reserva legal em pequenas propriedades.¹³²

4.1 Visão dos ambientalistas: permanência do atual texto da Lei 4.771/65

Embora houvesse uma evidente necessidade de atualização do Código Florestal, para os ambientalistas o processo não está ocorrendo de maneira correta. Isso porque com a finalidade de discussão acerca das alterações a serem feitas, foi constituída uma Câmara Técnica Temporária no Conselho Nacional de Meio Ambiente que vinha, desde abril de 99, construindo a modernização da legislação florestal mediante ampla consulta e, portanto, de forma democrática. No entanto, este debate democrático foi francamente desprezado por uma proposta absurda,

¹³² Agrosoft. Notícias. Alterações no Código Florestal desagradam ambientalistas e ruralistas. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/214583.htm>> Acesso em 28 set 2010.

engendradora pelo setor ruralista, constituindo-se hoje na maior ameaça aos ecossistemas brasileiros de que se tem notícia.¹³³

Argumentam no sentido de que, embora no Brasil os projetos de lei que defendem os interesses nacionais não consigam tramitar, este substitutivo bateu recorde de tramitação: em seis dias foi para votação no Congresso Nacional, não sendo votada e prontamente aprovada em razão da rápida articulação entre as entidades civis ligadas às questões ambientais.

Esse adiamento, contudo, foi por pouco tempo, tendo as mudanças no Código Florestal Brasileiro, aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deixado os ambientalistas temerosos, pois as alterações modificam reservas legais e Áreas de Proteção Permanente. Eles argumentam, com base em estudos científicos de campo, que os percentuais atualmente dispostos no código são ecologicamente necessários para a preservação ambiental.

A base ambientalista, que tem como uma de suas maiores vozes a ministra Marina Silva, vê na proposta de alteração apresentada um retrocesso em relação a legislação ambiental brasileira, que, segundo ela, se dá em dois níveis, no da legislação e no político que desqualifica o esforço feito durante vários anos.

Segundo Marina, “a proposta do relator revoga o primeiro artigo do código e faz com que as florestas deixem de ser um bem da sociedade. Além disso, isenta os proprietários de terra da obrigação de proteger as florestas. *“A importância do Código Florestal é de conhecimento de todos. Ela representa uma das poucas leis brasileiras que antecipou a necessidade de fazer a conservação das florestas”*.¹³⁴

¹³³ ASSIS, Chacon José, **Mudanças no Código Florestal ameaçam florestas e os ecossistemas brasileiros**, CREA/RJ, disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/chacon.htm>> Acesso em 18 jun 2010

¹³⁴ Agrosoft. Notícias. Alterações no Código Florestal desagradam ambientalistas e ruralistas. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/214583.htm>> Acesso em 28 set 2010

Na visão dos ambientalistas, está sendo retirado do texto da Lei 4.771/65 várias garantias. Entre os principais problemas por eles encontrados, estão:

- Anistia geral aos desmatadores de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente;

- Redução da área da Reserva Legal no Cerrado de 50% para 20%;

- Redução da área da Reserva Legal da Amazônia de 80% para 50%;

- Reflorestamentos de eucaliptos ou de pinus (que são espécies exóticas!) e ainda plantios de eucalipto, manga, coco, limão ou outras culturas, por exemplo, poderão ser consideradas como Reserva Legal, ou seja, recebem "status" de vegetação nativa.

- Conversão das florestas nativas em lavouras nas propriedades mais produtivas, sem qualquer licença das autoridades ambientais, bem como a exploração econômica de florestas e outras formas de vegetação nas áreas de preservação permanente (margens de rios, lagos e reservatórios, áreas de encosta e topos de morros).

- Uso de florestas de preservação permanente para realização de construções, abertura de estradas, canais de derivação de água e ainda atividades de mineração e garimpo.

Para os ambientalistas, um dos pontos fundamentais nesta discussão, se refere às Reservas Legais, na medida em que a redução destas áreas, obrigatórias nas fazendas, é uma cobiça antiga dos produtores rurais, pois os impedem de promover o aumento de suas fronteiras agrícolas bem como a exploração dos recursos madeireiros nelas existentes.

O relatório apresentado pelo Deputado Aldo Rebelo foi analisado por vários partidos a favor do meio ambiente e por ambientalistas¹³⁵, os quais manifestaram suas contrariedades às alterações ao Código, por entenderem prejudiciais, em sua maioria, ao meio ambiente.

4.2 A visão dos ruralistas: necessidade de alteração do texto da Lei 4.771/65

A atuais regras de proteção do meio ambiente estabelecidas há mais de 40 anos vêm sendo descumpridas pela maioria dos 5,2 milhões de produtores rurais do País.¹³⁶ Para os proprietários rurais e agricultores familiares de Norte a Sul do Brasil a realidade na hora de cumprirem a legislação florestal não é simples, pois eles enfrentam problemas comuns relacionados à burocracia, falta de políticas públicas e assistência técnica e ausência de incentivos econômicos. Essas dificuldades foram elencadas por ONGs, cooperativas agrícolas e proprietários rurais no seminário “Brasil – Celeiro do Mundo ou Realidade Socioambiental?”, realizado em junho 2009, em Brasília.¹³⁷

No entanto, a despeito dos problemas, eles deixam claro que reconhecem a importância das regras ambientais serem seguidas. Prova disso, é que muitos deles conseguem produzir e preservar cumprindo a lei, mas não todos. Isso porque um dos maiores problemas enfrentados pelos pequenos produtores que praticam a produção agrícola familiar é a dificuldade em conseguirem licença

¹³⁵ Os relatórios com os comentários podem ser acessados através do site da Frente Parlamentar Ambientalista: Disponível em: <http://www.frenteambientalista.org/not_detalhe.asp?cod=2466> Acesso em 27 set 2010.

¹³⁶ SALOMON, MARTA. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.walcordeiro.com.br/v1/tag/codigo-florestal/>>, Acesso em 27.set.2010.

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.climaedesmatamento.org.br/mais/noticiasitem?id=611>> Acesso em 28 set 2010.

ambiental para suas propriedades¹³⁸, acarretando a falta de acesso aos financiamentos bancários para o aumento de sua produtividade e ao reflorestamento das áreas degradadas, bem como dificultando o cumprimento das exigências da lei florestal. A conclusão a que se chega é a de que os agricultores familiares são penalizados ao passo que grandes proprietários de terra são financiados para derrubar a floresta.

Em vista disso, é que grande parte dos produtores rurais são a favor da flexibilização ou revogação das normas constantes na Lei 4.771/65. Dentre os pontos levantados pela bancada ruralista estão¹³⁹, além da redução dos percentuais da reserva legal, a possibilidade de sua compensação em bacias hidrográficas adjacentes, localizadas em outro Estado, mas no mesmo bioma, e o uso econômico e permanente de espécies exóticas para a recomposição de tais áreas.

Dentre os deputados que estão a favor das mudanças no Código Florestal está o deputado Heinze (PP-RS) que, embora discorde de alguns pontos do parecer do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), diz que as alterações irão beneficiar mais de 4 milhões de propriedades rurais no Brasil, na medida em que, atuando as restrições previstas na atual legislação como um verdadeiro “confisco” sobre os produtores rurais, o parecer devolverá, com as mudanças, parte desse confisco. Para ele os produtores rurais, detentores de mais de 400 milhões de hectares cujas restrições não deixam serem utilizadas as APPs e a reserva legal deveriam ser remunerados por serviços ambientais prestados¹⁴⁰.

¹³⁸ Notícia. Ambiente Brasil. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2009/02/16/43730-agricultores-da-amazonia-tem-dificuldade-para-cumprir-lei-ambiental.html>> Acesso em 28 set 2010.

¹³⁹ BARACUI, Pedro Lehmann e FROHLI, Miguel Franco. A reserva legal no novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.srvilhena.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=600&catid=1:noticias&Itemid=83> Acesso em: 15 out 2010.

¹⁴⁰ Folha do Progresso. Notícias. Código Florestal: para os ruralistas, Brasil, Brasil. Para os ambientalistas, retrocesso, retrocesso. Disponível em: <<http://folhadoprogresso.com/folha/modules/news/article.php?storyid=195>> Acesso em: 25 out 2010.

CONCLUSÃO

Percebe-se que ao longo dos tempos, houve uma clara modificação de consciência da sociedade e do governo, o que levou a que os interesses de proteção passassem de uma motivação apenas econômica, para uma motivação de natureza econômica e social, com o intuito de proteção ambiental voltada à conservação das espécies e à garantia de uma melhor qualidade de vida para a humanidade.

Para isso, ao lado de outras formas de proteção, a reserva legal florestal foi criada como um instituto de preservação que se mostra de grande importância para as políticas ambientais. Conclui-se que esse instituto cumpre o princípio encartado no art. 225 da Carta de 88 de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum de todos e por todos deve ser preservado para as atuais e futuras gerações. Sua imposição faz-se necessária em prol da preservação do meio ambiente em benefício coletivo, da sobrevivência da humanidade e da continuidade da vida no planeta.

Contudo somente a legislação acerca do tema não tem se mostrado suficiente para implementar as mudanças necessárias à conservação dos recursos naturais. Por isso, os programas e políticas de implantação da reserva legal devem buscar, além de um maior controle e punição dos infratores, integrar essas ações a outras medidas, através da conscientização ambiental onde estejam envolvidos todos os sujeitos interessados, quais sejam, o poder público e a sociedade em geral, proprietários ou não de propriedades privadas, através de ações como educação ambiental e políticas de crédito para a manutenção e recuperação das áreas degradadas.

Em vista da atual resistência oferecida por alguns, o governo deve valer-se de alguns princípios administrativos, como o da supremacia do interesse público na proteção do meio ambiente - de natureza indisponível - sobre os interesses particulares, para que haja uma solução para o impasse, sendo necessária a intervenção obrigatória do Estado nesse setor, associada à participação direta da coletividade como etapas a serem vencidas para o processo de desenvolvimento do país.

Nesse passo, as idéias divergentes sobre o tema, que trazem inúmeros questionamentos a respeito da conservação do meio ambiente, seja com ênfase econômica ou não, de maneira sustentável, produtiva ou preservacionista, mantém os ambientalistas e os ruralistas em constante confronto, o que não é ruim, pois nesse momentos fica claro o exercício da democracia, ainda que de maneira conturbada, para que seja encontrada a melhor solução para os problemas surgidos com a constante expansão da sociedade.

Contudo, para se chegar a um modelo de preservação ideal, o caminho ainda é longo a ser percorrido, pois as questões ambientais sempre geraram polêmicas, como ainda geram. Prova disso é a grande polêmica em torno das alterações no Código Florestal que foram propostas, na medida em que, claramente, beneficia os produtores rurais e lhes proporciona benesses incompatíveis com o atual pensamento de preservação do meio ambiente como um todo.

A obrigatoriedade de áreas de preservação como a Reserva Legal, tida pelos produtores rurais como causadora de prejuízos à propriedade, e pelos ambientalistas como o melhor caminho, conjugada com a atribuição de função social e ambiental à propriedade, a prevenção de danos e agressões ao meio ambiente, e a responsabilização ampla do degradador, nas esferas civil, penal e administrativa,

são medidas necessárias para a continuidade de uma vida melhor para todos, para que haja, efetivamente, a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

Nesse passo, configuram-se descabidas as alterações propostas ao Código Florestal aqui descritas, por aumentarem o risco de degradação ao meio ambiente de maneira a comprometer sua manutenção e equilíbrio. Da maneira como foram apresentadas, as alterações beneficiarão somente aos produtores rurais, em detrimento do meio ambiente, que sofrerá sem amparo à sua preservação.

Reduzir a área de reserva legal, cuja finalidade é a de proteger rios, interligar fragmentos de floresta nativa e garantir o fluxo entre as populações de animais silvestres e insetos, seria assumir o risco de grandes tragédias. Se utilizadas de maneira correta, as áreas destinadas à reserva legal poderiam aumentar a qualidade e produtividade de áreas cultivadas, bem como reduzir os custos de produção.

Seria um contrassenso retirar ou mesmo diminuir sobremaneira as conquistas de longos anos, como por exemplo as limitações ao uso da propriedade, incluídas na legislação como forma não só de preservação do meio ambiente, mas preservação de maneira consciente, integrando as propriedades com todo o ecossistema ao seu redor.

Outrossim, as iminentes alterações não resolverão os problemas enfrentados atualmente com relação à questão ambiental. Pelo contrário, contribuirão para o surgimento de mais, como já está ocorrendo, ante a insatisfação de grande parcela da sociedade. Mais do que beneficiar os proprietários rurais com isenção de multa ou redução no percentual da Reserva Legal, o ideal seria uma mudança primeiramente de comportamento político. Os governantes deveriam

implementar políticas de conscientização e esclarecimento tanto para os produtores rurais como para os que defendem o meio ambiente, para, trabalhando juntos, tentem resolver as questões ambientais pendentes.

A forma atual de punição tornou-se ineficaz, pois não incentiva o produtor a cumprir o que a lei determina. Aliada à punição, que por vezes é inevitável, deveria haver a previsão de benefícios aos que se propusessem a cooperar, como forma de recompensa às boas condutas, como por exemplo a redução de impostos. Da forma como ocorre atualmente, além das normas não serem bem aplicadas, sua aplicação não é cobrada, por isso a grande incidência de produtores rurais devedores de multas por infrações ambientais.

REFERÊNCIAS

Agrosoft. Notícias. **Alterações no Código Florestal desagradam ambientalistas e ruralistas**. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/214583.htm>> Acesso em 28 set 2010.

Ambiente Brasil. Notícia. **Agricultores da Amazônia têm dificuldade para cumprir lei ambiental**. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2009/02/16/43730-agricultores-da-amazonia-tem-dificuldade-para-cumprir-lei-ambiental.html>> Acesso em 28 set 2010.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 9. ed, 2006.

_____. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.

_____. Reserva Legal e Poder Judiciário. BuscaLegis.ccj.ufsc.BR. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/15942/15506>> Acesso em: 12 set 2010.

ARAÚJO, Ubiraci. A Lei da Natureza. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/leiamambiental/home.htm>>, acessado em 15 out 2010.

ASSIS, José Chacon, **Mudanças no Código Florestal ameaçam florestas e os ecossistemas brasileiros**, CREA/RJ, disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/chacon.htm>> Acesso em 18 jun 2010

BARACUI, Pedro Lehmann e FROHLI, Miguel Franco. **A reserva legal no novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.srvilhena.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=600&catid=1:noticias&Itemid=83> Acesso em: 15 out 2010.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In: CANOTILHO, JJ. Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BENJAMIN, Antonio Herman. **Dano Ambiental, Reparação e Repressão**. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p.231.

_____. **Função ambiental. Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: RT, 1993.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 6-7. Apud: GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro: Função ambiental da propriedade rural. São Paulo: LTr, 1999, p. 116. Apud: MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005, 13. ed., p. 55

BRASIL. Câmara dos deputados. Análise de Conjuntura. **Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**, n. 33, p. 5-6. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/copy_of_analisedeconjuntura/Boletim%20no%2033.pdf> Acesso em 05 out 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em : 10 set 2010.

BRASIL, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>>, Acesso em 12 set 2010.

BRASIL, Decreto-Lei n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934. **Aprova o Código Florestal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm> Acesso em 20 set 2010.

BRASIL, Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. **Institui o Novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>, Acesso em 10 set 2010.

BRASIL, Lei n. 4.947 de 6 de abril de 1966. **Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências**. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4947.htm>>, Acesso em 10 set 2010.

BRASIL, Lei n. 5.197 de 3 de janeiro de 1967. **Código de Caça**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5197.htm>>, Acesso em: 10 set 2010.

BRASIL, Lei n. 6.514 de 22 de julho de 2008. **Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm> Acesso em: 30 ago 2010.

BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 28 ago 2010.

BRASIL, Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências**. Alterado pela Lei n. 10.257 de 10.07.2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm> Acesso em: 28 ago 2010.

BRASIL, Lei n. 8.433 de 8 de janeiro de 1997. **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm> Acesso em: 10 set 2010.

BRASIL, Lei n. 8.717 de 17 de Janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política agrícola.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8171.htm>>, Acesso em: 23 set 2010.

BRASIL, Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. **Lei dos Crimes Ambientais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm > Acesso em: 12 set 2010.

BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. SNUC. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em 10 set 2010.

BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. SNUC. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Art. 10/11 Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>, Acesso em 29 set 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 821.083/MG**, Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, publicado no Diário de Justiça eletrônico de 9.4.2008. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200600352662&dt_publicacao=09/04/2008> Acesso em 19 set 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3540 MC/DF** - Distrito Federal Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade Relator: Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 03.02.2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=ADI-MC.SCLA.+E+3540.NUME.&base=baseAcordaos>>, Acesso em 23 set 2010.

BRASIL.MP/GO. **Breve histórico da reserva legal.** Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/reserva_legal.pdf> Acesso em 20 set 2010.

CAMPOS, Giacumuzaccara L.. **Aspectos da Lei 9605/98 (Lei dos Crimes Ambientais).** Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 30, 1 abr. 1999. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/1707>> Acesso em: 12 set 2010.

Canal do Produtor. **Notícias CNA.** Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/principais-alteracoes-do-codigo-florestal>> Acesso em 20 out 2010

CARVALHO, Érika Mendes de. **Tutela Penal do Patrimônio Florestal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CARVALHO, Ivan Lira. A Empresa e o Meio Ambiente. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Jurídica**. EDITE – Editora da Instituição Toledo de Ensino – Bauru – SP, n. 25.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 49.

COSTA NETO, Nicolao Dino C. Reflexões sobre a proteção jurídica da floresta amazônica. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado (Orgs.). **Desafios do direito ambiental no século XXI**: estudos em homenagem a Paulo Afonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente – I – Florestas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6305358/Declaracao-de-Estocolmo>>, Acesso em 01.08.2010.

Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Disponível em: http://www.scribd.com/full/6305358?access_key=key-mp8k7oq8evcz1gpag57>, Acesso em: 10.10.2010.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>, Acesso em 01 ago 2010.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf> Acesso em 01 ago 2010

Folha do Progresso. Notícias. Código Florestal: para os ruralistas, Brasil, Brasil. Para os ambientalistas, retrocesso, retrocesso. Disponível em: <<http://folhadoprogresso.com/folha/modules/news/article.php?storyid=195>> Acesso em: 25 out 2010.

FRANCO, Paulo Sérgio de Moura; DALBOSCO, Ana Paula. **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2357/a-tutela-do-meio-ambiente-e-responsabilidade-civil-ambiental/print>>, Acesso em 10.09.2010.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. São Paulo, 2003, p. 9-10.

Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf> Acesso em: 02 out 2010.

JOELS, Liliâne Miranda. **Reserva legal e gestão ambiental da propriedade rural: um estudo comparativo da atitude e comportamento de agricultores orgânicos e convencionais do distrito federal.** Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabjoels2.htm>>, Acesso em 10 out 10

José Afonso da Silva considera como meio ambiente "a interação do conjunto de elementos naturais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida humana." Silva, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 435.

MACHADO, Paulo Affonso Leme, **Direito Ambiental Brasileiro.** 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio ambiente: Direito e dever fundamental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, Editora, 2004.

MEIRA, José de Castro. Origem do Direito Ambiental. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n.1, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://www.D:\Documents and Settings\A\Configurações locais\Temp\50-194-1-PB-1.pdf>> Acesso em 28 ago 2010.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. **Síntese da história da legislação ambiental brasileira.** Disponível em: <www.pvsp.org.br/sites/1100/1140/00000308.doc>, Acesso em : 14 jun 2010.

Orlandi Neto, Narciso. As reservas particulares e legais do Código Florestal e sua averbação no Registro de Imóveis. In: Vladimir Passos de Freitas (org). **Direito Ambiental em Evolução.** Curitiba: Juruá, 1998, p. 207-208.

Partido da Frente Parlamentar Ambientalista. Disponível em: <http://www.frenteambientalista.org/not_detalhe.asp?cod=2466> Acesso em 27 set 2010.

REBELO, Aldo. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/777725.pdf>> Acesso em: 19 out 2010.

REHBINDER, Eckard. **European Environmental Law – A Comparative Perspective,** Aldershot, Dartmouth Publishing Co., 1996, p. 41.

SALOMON, MARTA. Projeto reduz preservação em margem de rios e amplia área para desmatamento. **O Estado de São Paulo.** Disponível em: <http://www.walcordeiro.com.br/v1/tag/codigo-florestal/>>, Acesso em 27.set.2010.

SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio Ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional Comparado. In: **Princípios de Direito Ambiental**. SAMPAIO, José Adércio Leite, WOLD, Chris, NARDY, José Fonseca. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito Ambiental Internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Thex: Biblioteca Estácio de Sá, 1995.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SIQUEIRA, J. D. P. A legislação florestal brasileira e o desenvolvimento sustentado. In: Congresso Florestal Panamericano: Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba. **Anais** Curitiba, PR: [S. n.], 1993. Apud: BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil. Disponível em: <D:\Documents and Settings\al\Configurações locais\Temp\1146-3504-1-PB.pdf> Acesso em 26 set 2010.

TRENNEPOHL, Terence. **A Reserva Legal e o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/a-reserva-legal-e-o-desenvolvimento-sustentavel>/AReserva legal e o desenvolvimento sustentável >, Acesso em 18 set 10.

VILELA, Gracielle Carrijo, RIEVERS, Marina, MUKAI, Toshio (Org.). **Direito e meio ambiente: reflexões atuais**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 259.

WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 8.

ANEXO A – A LEI DA NATUREZA ¹⁴¹

A natureza é sábia.

Sábia, abundante e paciente.

Sábia porque traz em si o mistério da vida, da reprodução, da interação perfeita e equilibrada entre seus elementos. Abundante em sua diversidade, em sua riqueza genética, em sua maravilha e em seus encantos. E é paciente. Não conta seus ciclos em horas, minutos e segundos, nem no calendário gregoriano com o qual nos acostumamos a fazer planos, cálculos e contagens.

Sobretudo é generosa, está no mundo acolhendo o homem com sua inteligência, seu significado divino, desbravador, conquistador e insaciável.

Às vezes, nesse confronto, o homem extrapola seus poderes e ela cala. Noutras, volta-se, numa autodefesa, e remonta seu império sobre a obra humana, tornando a ocupar seu espaço e sua importância.

No convívio diuturno, a consciência de gerações na utilização dos recursos naturais necessita seguir regras claras que considerem e respeitem a sua disponibilidade e vulnerabilidade.

E assim chegamos ao que as sociedades adotaram como regras de convivência, às práticas que definem padrões e comportamentos, aliadas a sanções aplicáveis para o seu eventual descumprimento: as leis.

Mais uma vez nos valem das informações da própria natureza para entender como isso se processa. Assim como o filho traz as características

¹⁴¹ARAÚJO, Ubiraci. A Lei da Natureza. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/leiam biental/home.htm>>, acessado em 15 out 2010.

genéticas dos pais, as leis refletem as características do tempo/espço em que são produzidas.

Nesse sentido podemos entender como a Lei de Crimes Ambientais entra no ordenamento jurídico nacional. Se, como já foi dito, a natureza é abundante, no Brasil possuímos números incomparáveis com quaisquer outros países no que se refere à riqueza da biodiversidade, com enfoque amplo na flora, fauna, recursos hídricos e minerais.

Os números são todos no superlativo.

Sua utilização, entretanto, vem se processando, a exemplo de países mais desenvolvidos, em níveis que podem alcançar a predação explícita e irremediável, ou a exaustão destes recursos que, embora abundantes, são em sua grande maioria exauríveis.

Daí a importância desta Lei.

Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente passam a ser punidas civil, administrativa e criminalmente. Vale dizer: constatada a degradação ambiental, o poluidor, além de ser obrigado a promover a sua recuperação, responde com o pagamento de multas pecuniárias e com processos criminais.

Princípio assegurado no Capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal, está agora disciplinado de forma específica e eficaz.

É mais uma ferramenta de cidadania que se coloca a serviço do brasileiro, ao lado do Código de Defesa dos Direitos do Consumidor e do Código Nacional de Trânsito, recentemente aprovado.

Aliás, ao se considerar a importância do Código de Trânsito, pode-se entender a relevância da Lei de Crimes Ambientais. Se o primeiro fixa regras de

conduta e sanções aos motoristas, ciclistas e pedestres, que levam à diminuição do número de acidentes e de perda de vidas humanas, fato por si só digno de festejos, a Lei de Crimes Ambientais vai mais longe.

Ao assegurar princípios para manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, ela protege todo e qualquer cidadão. Todos que respiram, que bebem água e que se alimentam diariamente. Protege, assim, a sadia qualidade de vida para os cidadãos dessa e das futuras gerações. E vai ainda mais longe: protege os rios, as matas, o ar, as montanhas, as aves, os animais, os peixes, o planeta!

Afinal, é a Lei da Natureza e, como dissemos, a natureza é sábia.

Ubiracy Araújo

Ex- Procurador Geral do IBAMA